



Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP

Anuário das Comunicações

2011



Anuário das Comunicações

2011

1. INTRODUÇÃO

1.1 Construir um mercado Lusófono	7
1.2 Anuário das Comunicações da ARCTEL- CPLP ..	8

2. O SETOR DAS COMUNICAÇÕES NOS PAÍSES DA CPLP

2.1 Angola	
2.1.1 Mercado das Comunicações	9
2.1.2 Informação Estatística sobre o Setor das Comunicações Eletrónicas	10
2.1.3 Principais Medidas Regulamentares em Angola — Instituto Angolano das Comunicações — INACOM	11
2.2 Brasil	
2.2.1 Mercado das Telecomunicações	13
2.2.2 Informação Estatística sobre o Setor das Telecomunicações Eletrónicas	14
2.2.3 Principais Medidas Regulamentares no Brasil — Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL	15
2.3 Cabo Verde	
2.3.1 Mercado das Comunicações	19
2.3.2 Informação Estatística sobre o Setor das Comunicações Eletrónicas	21
2.3.3 Principais Medidas Regulatórias em Cabo Verde — Agência Nacional das Comunicações — ANAC	22
2.4 Guiné-Bissau	
2.4.1 Mercado das Comunicações	25
2.4.2 Informação Estatística sobre o Setor das Comunicações Eletrónicas	26
2.4.3 Principais Medidas Regulamentares na Guiné-Bissau — Autoridade Reguladora Nacional — ARN	27

2.5 Moçambique	
2.5.1 Mercado das Comunicações	35
2.5.2 Informação Estatística sobre o Setor das Comunicações Eletrónicas	36
2.5.3 Principais Medidas Regulamentares em Moçambique — Instit. Nac. das Comun. de Moçambique — INCM ..	37
2.6 Portugal	
2.6.1 Mercado das Comunicações	39
2.6.2 Informação Estatística sobre o Setor das Comunicações Eletrónicas	40
2.6.3 Análise global da atividade regulatória em Portugal — ICP-ANACOM	41
2.7 São Tomé e Príncipe	
2.7.1 Mercado das Comunicações	49
2.7.2 Informação Estatística sobre o Setor das Comunicações Eletrónicas	50
2.7.3 Principais Medidas Regulamentares em São Tomé e Príncipe — Autoridade Geral de Regulação — AGER	51
2.8 Timor -Leste	
2.8.1 Mercado das Comunicações	53
2.8.2 Informação Estatística sobre o Setor das Comunicações Eletrónicas	54

3. RADIOGRAFIA SETORIAL

Análise e comparação da evolução do Setor das Comunicações na CPLP em 2011	55
--	----

NOTAS:

- Nos quadros apresentados toda a informação referenciada com a sigla n.d. (não disponível) refere-se tanto à sua inexistência, não compilação ou não aplicabilidade, consoante as fontes;
- Os valores monetários estão expressos em Euros.

5. ANEXOS

Anexo I - Lista de operadores em atividade	61
Anexo II - Fontes utilizadas na recolha dos dados	71

Caros Membros,

Caros utilizadores,

Num mundo cada vez mais globalizado onde a informação prolifera livremente no ciberespaço e, em grande parte dos casos, de forma dispersa, a ARCTEL considera importante concentrar numa única publicação um conjunto de elementos relevantes sobre o setor no espaço CPLP.

Esta publicação visa sobretudo facilitar a pesquisa e análise sobre as principais medidas regulatórias levadas a cabo em cada um dos membros da ARCTEL, bem como dar uma perspetiva sólida sobre a evolução dos mercados individuais de cada país e uma visão panorâmica do mercado lusófono.

Pretendemos que seja uma referência para investidores, pesquisadores ou utilizadores em geral e que possa, de forma precisa e simples, dar uma visão clara de como este setor tem evoluído e lançar pistas para o futuro, tentando indicar o caminho futuro.





1.1 Construir um mercado Lusófono

A ARCTEL-CPLP entra em 2013 no seu quarto ano de existência e ao olhar para trás, verificamos com satisfação que o caminho percorrido desde 2008 se apresenta sólido e estável.

Alinhar oito administrações, espartilhadas por quatro continentes e inseridas em diferentes blocos regionais, cujo denominador comum é apenas uma língua e uma cultura partilhada, demonstrou-se ser um trabalho mais fácil do que o esperado, sobretudo devido à excelência dos seus colaboradores e o elevado carácter e profissionalismo dos seus líderes.

Desde a sua criação, a ARCTEL, tem conseguido pequenas vitórias que em muito têm contribuído para o sucesso da comunidade em geral. Juntámos ao mapa do setor, uma nova região, um novo parceiro e, acima de tudo, demonstramos a potencialidade do mercado lusófono.

Somos mais de 300 milhões de consumidores, em crescendo acelerado ao nível das tecnologias de informação e comunicação, cada vez mais criteriosos e exigentes e cada vez mais determinados em apostar no desenvolvimento de um setor que contribui drasticamente para o desenvolvimento e crescimento económico dos nossos países.

Membros do setor da UIT desde 2009 desempenhámos um papel determinante na Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações em 2010,

assegurando o consenso em torno da realização de reuniões formais de Associações Regionais de Reguladores, uma ferramenta essencial para uma comunidade que vive integrada em cinco blocos regionais diferentes. Uma vitória importante permitindo uma maior partilha de informação e, com isso, uma melhor visão das tendências e desenvolvimentos do setor, habilitando-nos assim a também uma melhor compreensão e reação perante os desafios regulatórios atuais e futuros.

Apostados na promoção do mercado de língua portuguesa, realizamos quatro Fóruns Lusófonos de Comunicações, aos quais associamos mostras tecnológicas, promovendo o que de melhor se faz na nossa comunidade e potenciando o contacto entre os diferentes setores privados dos nossos países, potenciando assim investimentos e relações comerciais, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento económico no espaço CPLP.

Nunca indiferentes ao reforço dos laços históricos, de amizade e de cooperação existentes entre Países de Expressão Portuguesa, temos trabalhado arduamente para a promoção e adoção de melhores práticas, assim como pela harmonização da regulação do setor nos nossos países.

Fruto disso foram os diversos grupos de trabalho, os quais entre outros avanços, permitiram a sistematização da informação que neste anuário é agora apresentada, ou numa perspetiva de futuro, trabalha no sentido de criar dentro do espaço da CPLP o primeiro modelo

de acordo intercontinental de redução de tarifas de itinerância (*roaming*), em prol dos nossos utilizadores.

Não menos importante será ainda a criação da primeira Academia de formação para o setor ao nível da CPLP, a qual esperamos poder vir a ser uma referência mundial ao nível da capacitação e produção de conhecimento.

1.2 Anuário das Comunicações da ARCTEL-CPLP

Esta segunda edição do Anuário das Comunicações da ARCTEL-CPLP surge em cumprimento da decisão comum a todos os Membros da Associação reunidos em Assembleia Geral, com o objetivo de reunir anualmente as principais medidas tomadas em todos os Estados Membros.

Esta publicação pretende ser sobretudo um manual de consulta para os utilizadores da CPLP e população em geral, sobre o Setor das Comunicações na CPLP e a atividade regulatória em cada órgão Membro.

Mantém-se assim reunida num único documento informação clara, transparente e precisa sobre o setor em geral, com realce para as principais medidas realizadas em 2011 por cada Membro da ARCTEL.

Era nossa intenção incluir nesta edição, já alguns indicadores sobre o Setor Postal cuja atividade regulatória só no Brasil não é abarcada pela mesma entidade. Não foi ainda possível reunir e tratar essa informação, ficando no entanto alinhada a expectativa de numa próxima edição assegurar um capítulo a este importante ramo do setor das comunicações.



2.1.1 Mercado das Comunicações

Em Angola a entidade reguladora das comunicações é o Instituto Angolano das Comunicações, INACOM. Este organismo é responsável por assegurar a regulamentação e monitorização da atividade de prestação de serviços de telecomunicações.

Compete-lhe ainda a planificação, gestão e fiscalização da utilização do espectro radioelétrico em todo o território nacional.

O INACOM é um instituto público, tutelado pelo Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação ⁽¹⁾, dotado de personalidade jurídica e com autonomia de gestão financeira, administrativa e patrimonial. Este Instituto foi criado em 1999 no âmbito da delimitação das funções e competências políticas, reguladoras e operacionais inerentes ao processo de liberalização do mercado assim como a sua supervisão.

Em 2010 instituiu-se o novo Conselho de Administração, composto por 7 Administradores: três Administradores Executivos (um deles também Presidente) e quatro Membros não executivos, sendo o atual Conselho de Administração presidido por Pedro Mendes de Carvalho.



O mercado das telecomunicações encontra-se em franca expansão e modernização tendo o Executivo lançado vários projetos de modernização da rede básica de telecomunicações, com o objetivo de acelerar a reestruturação dos serviços públicos básicos, assim como a viabilização de vários empreendimentos públicos e privados. Em 2009 o Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação concluiu os projetos de informatização dos balcões dos Correios, criou o Centro Nacional de Tecnologia de Informação, CNTI, e aprovou o projeto de criação da rede nacional de governação eletrónica.

No setor postal, o Ministério vai continuar o processo de modernização da atividade, a recuperação da rede postal e implantação de estações postais nas zonas residenciais emergentes e parques industriais.

⁽¹⁾ Informação retirada do sítio do Ministério da tutela do INACOM disponível em <http://www.mtti.gov.ao/Institucionais/QuemEQuem.aspx>

2.1.2 Informação Estatística sobre o Setor das Comunicações Eletrónicas

Dados Socioeconómicos	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Área geográfica	1.246.700 Km²		
População	17.547.000	18.082.000	19.618.432 ⁽²⁾
Proveitos do Setor	€1.078.300.000	n.d.	n.d.
Investimento do Setor	€520.264.000	€63.536.300	n.d.
Emprego direto do Setor	n.d.	n.d.	n.d.

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	5	5	5
Assinaturas de Serviço Telefónico Fixo	102.151	134.678	144.443

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	2	2	2
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	6.773.356	8.109.421	9.204.522
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	n.d.	n.d.	n.d.
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	n.d.	n.d.	n.d.

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	18	30	30
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	n.d.	n.d.	n.d.
Utilizadores de Internet (% da população) ⁽³⁾	6%	10%	14,8%
Servidores de Internet seguros ⁽³⁾	38	52	62

Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Total Assinaturas de Banda Larga Fixa ⁽³⁾	20.000	20.000	25.000

Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Total Assinaturas de Banda Larga Móvel ⁽⁴⁾	120.000	270.000	290.000

Televisão por Assinatura	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	3	3	3
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

⁽²⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://search.worldbank.org/data?qterm=population&language=EN>

⁽³⁾ Informação UIT disponível em <http://www.broadbandcommission.org/Documents/bb-annualreport2012.pdf>

⁽⁴⁾ Informação UIT por subscrição em <http://www.itu.int/pub/D-IND-WTID.OL-2012>

2.1 ANGOLA

2.1.3 Principais Medidas Regulamentares em Angola — Instituto Angolano das Comunicações — INACOM 2011

Foram publicadas a 29 de dezembro de 2011:

- Lei de Combate à Criminalidade no Domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação e dos Serviços da Sociedade de Informação;
- Lei de Protecção dos Dados Pessoais;

- Lei Quadro das Comunicações Electrónicas e dos Serviços da Sociedade de Informação (aprovada como Lei n.º 23/11, de 20 de junho);
- Regulamento das Tecnologias e dos Serviços da Sociedade de Informação;
- Regulamento Geral das Comunicações Electrónicas;

Foi aprovado pelo Despacho Presidencial n.º 71/11, de 12 de setembro de 2011, o (2º) Livro Branco — Políticas e Estratégias para o Setor nos próximos 5 anos; o (1º) Livro Branco tinha sido aprovado em 2006.





2.2.1 Mercado das Telecomunicações

No Brasil o Setor das telecomunicações é regulado pela ANATEL — Agência Nacional de Telecomunicações. Trata-se de órgão integrante da Administração Pública Federal indireta, submetido a um regime autárquico especial e vinculado ao Ministério das Comunicações.

A agência é administrativamente independente e financeiramente autônoma.

Esta agência, criada em 1997, tem como principais funções regular, outorgar e fiscalizar o setor das telecomunicações, procurando promover o desenvolvimento das infraestruturas de comunicações brasileiras, modernizando-as e adequando-as aos serviços que a sociedade atual exige ⁽⁵⁾. A ANATEL tem sede em Brasília e representações em todas as Unidades da Federação através das quais realiza as atividades de fiscalização e mantém um contacto mais próximo com a sociedade e instituições locais.

São dois os órgãos superiores da ANATEL: Conselho Diretor e Conselho Consultivo.

O Conselho Diretor é composto por cinco conselheiros, sendo os seus Membros escolhidos e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, por um período de cinco anos, estando sujeitos a um regime de incompatibilidades específico.

Competindo ao Conselho Diretor a direção dos órgãos administrativos da Agência, o atual Conselho Diretor é



constituído pelo Presidente, João Batista de Rezende, e Conselheiros, Emília Ribeiro, Jarbas Valente, Marcelo Bechara e Rodrigo Zerbone.

O setor das comunicações tem acompanhado a enorme evolução do país nos últimos anos. Em 2010, a telefonia móvel por exemplo registou aumentos na ordem dos 30% e 40% em alguns Estados Federais, não deixando de ser relevante que todos os distritos registaram um aumento nunca inferior a 9% no acesso ao Serviço Móvel.

Os serviços de comunicações fixas e móveis continuam a registar um aumento significativo em relação aos anos anteriores. No final de 2011 registavam-se 43 milhões de acessos ao Serviço Telefónico Fixo (crescimento de 2% em relação a 2010), 234,4 milhões de acessos ao Serviço Móvel Pessoal (crescimento de 5,5% em relação a 2010 e 34.7% em relação a 2009) e 16.8 milhões de acessos ao Serviço de Comunicação Multimídia, o serviço que possibilita a oferta de acesso à internet de banda larga.

⁽⁵⁾ Informação retirada do sítio da ANATEL, Base Legal em <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?acao=&codItemCanal=800&codigoVisao=8&nomeVisao=Conhe%EA%20a%20Anatel&nomeCanal=Sobre%20a%20Anatel&nomeItemCanal=Base%20Legal>

2.2 BRASIL

2.2.2 Informação Estatística sobre o Setor das Telecomunicações Eletrónicas

Dados Socioeconómicos	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Área geográfica	8.514.876 Km²		
População	192.118.819	193.872.328	195.549.315
Proveitos do Setor	n.d.	n.d.	n.d.
Investimento do Setor	€7.311.630.000	€5.940.960.000	€6.384.760.000
Emprego direto do Setor	122.567	141.971	168.554

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	102	114	130
Assinaturas de Serviço Telefónico Fixo	41.496.998	42.141.418	43.025.835

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	8	8	9
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	173.959.368	202.944.033	234.357.507
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	143.600.507	167.097.347	198.168.285
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	8.664.443	20.627.914	41.114.405

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	22.909.231	20.908.501	22.898.288
Utilizadores de Internet (%)	39,22%	40,65%	46%
Servidores de Internet seguros ⁽⁶⁾	5.026	7.941	10.658

Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1.802	2.498	3.099
Total Assinaturas de Banda Larga Fixa	11.295.531	13.266.310	16.884.127

Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	6	6	7
Total Assinaturas de Banda Larga Móvel	9.098.907	21.462.530	42.391.157

Televisão por Assinatura	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	176	161	154
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	4.669.654	5.292.679	5.758.689
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	2.779.502	4.475.770	6.984.810

⁽⁶⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=3&id=4>

2.2 BRASIL

2.2.3 Principais Medidas Regulamentares no Brasil — Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL 2011

A atuação da ANATEL no exercício de 2011 possibilitou avanços de grande importância para o setor de telecomunicações, com benefícios diretos para a sociedade. Reduções de tarifas para os usuários, licitações de faixas de radiofrequências e de satélites, eliminação de barreiras à competição, novos regulamentos de qualidade dos serviços, entre outras medidas relevantes, demonstraram o compromisso do órgão regulador em estabelecer condições adequadas ao desenvolvimento das telecomunicações — infraestrutura essencial para o crescimento de um país.

Publicação do PGMU III:

O Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU) tem como objetivo levar progressivamente a telefonia fixa a todo o Brasil, independentemente da localização e da condição socioeconômica dos usuários, além de atender a pessoas com deficiência, a instituições de caráter público ou social e a áreas rurais e regiões remotas. A nova versão do Plano foi editada por meio do Decreto 7.512/2011, devido à necessidade de estudos e adequação do PGMU ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL, aprovado pelo Decreto 7.175/2010). O PGMU III, que estabelece metas para o período de 2011 a 2015, esteve em discussão no âmbito da ANATEL durante 136 dias, com a realização de duas consultas públicas, nas quais foram recebidas quase 500 contribuições. Entre as inovações, está a preocupação com o tratamento conjunto da oferta da telefonia fixa

tradicional e da banda larga. Com o novo PGMU, o País contará com atendimento a:

- escolas públicas;
- postos de saúde públicos;
- comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas;
- populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- assentamentos de trabalhadores rurais;
- aldeias indígenas;
- organizações militares das Forças Armadas;
- postos da Polícia Rodoviária Federal, e;
- aeródromos públicos.

Revisão das “áreas locais”

A ANATEL aprovou, no início de 2011, a revisão do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado. Com a mudança, usuários de telefones fixos de 39 regiões metropolitanas e de três regiões integradas de desenvolvimento passaram a realizar chamadas a custo de ligação local para municípios com continuidade geográfica e mesmo código nacional de área (mesmo DDD). A medida beneficiou, direta ou indiretamente, quase 70 milhões de pessoas em todo o Brasil, em cerca de 560 municípios. O novo Regulamento ampliou os critérios de definição de áreas locais, que passaram a abranger o conjunto de municípios pertencentes a uma região metropolitana ou Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) que tenham continuidade geográfica e pertençam a um mesmo código nacional de área.

2.2 BRASIL

Qualidade do Serviço

Os regulamentos que tratam de qualidade no Serviço Móvel Pessoal sofreram grande evolução no exercício, com a aprovação do Regulamento de Gestão de Qualidade, por meio da Resolução 575/2011. Além de aspectos relacionados com a rede, reação do assinante e atendimento, foram criados indicadores para aferição da qualidade na oferta de banda larga móvel, que serão complementados por indicadores comparativos entre as prestadoras e por pesquisas de qualidade percebida, propiciando uma visão mais global da qualidade da prestação do SMP. As metas para garantia de taxa de transmissão de dados serão gradativamente aumentadas, de acordo com a tabela abaixo. Outra inovação do Regulamento refere-se à realização de pesquisas da qualidade percebida, com coleta de dados a cada seis meses. As informações coletadas comporão base de dados para fins de acompanhamento da qualidade das prestadoras. A publicação do Índice de Desempenho no Atendimento (IDA) e do Índice de Desempenho na Qualidade (IDQ) incentivará a comparabilidade e, conseqüentemente, a concorrência entre as prestadoras de SMP na oferta de melhores serviços.

Aprovado pela Resolução 574/2011, o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia tem como objetivo aprimorar a qualidade da prestação do serviço, por meio do estabelecimento de padrões mínimos a serem respeitados pelas prestadoras.

O Regulamento define metas para os indicadores de rede, reação do assinante e atendimento, além da realização de pesquisa anual de percepção da qualidade do serviço pelo assinante. Entre as diversas metas definidas nesse instrumento normativo, merece destaque a garantia de velocidade instantânea e velocidade média contratada, que incentivará as prestadoras a investirem na capacidade e na modernização de suas redes.

Também com foco na melhoria dos serviços de telecomunicações, a ANATEL concluiu, no primeiro semestre de 2011, o processo licitatório, iniciado no final de 2010, para a contratação de instituição para execução de Pesquisa para Aferição do Grau de Satisfação da Sociedade com relação aos serviços de telecomunicações. Esse levantamento tem como objetivo obter subsídios para melhorar a qualidade dos serviços prestados, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos regulatórios.

TV Digital

A ANATEL realizou — em parceria com os Ministérios das Comunicações e das Relações Exteriores e com o Governo Japonês, representado pela Agência Internacional de Cooperação — treinamentos para especialistas do Uruguai, do Chile, do Equador, da Bolívia, da Costa Rica, de El Salvador, da Guatemala e do Paraguai, dando continuidade ao processo de divulgação do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) para países em fase de adoção da tecnologia digital de televisão.

2.2 BRASIL

Regulamento com novos critérios de reajuste nas tarifas das chamadas de telefones fixos para móveis

Por meio da Resolução 576/2011, a ANATEL aprovou o Regulamento sobre os Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal ou do Serviço Móvel Especializado. Até 2014, a medida fará com que os usuários tenham reduções de tarifas da ordem de 45%.

Implantação de novos satélites e liberação de faixas de frequência para o tráfego de voz e dados

Em 2011, com o objetivo de propiciar condições favoráveis à ampliação da capacidade satelital disponível para o mercado brasileiro, foi lançado edital de licitação para conferir até quatro novos direitos de exploração de satélite brasileiro. A capacidade satelital referente aos novos satélites brasileiros estará disponível para o mercado nacional nos próximos cinco anos. Esse aumento de capacidade possibilitará novas aplicações de internet banda larga expansão de serviços de TV por Assinatura, entre outros.

Em dezembro de 2011, a ANATEL licitou lotes remanescentes de radiofrequência, na faixa de 1,8 GHz, para exploração do Serviço Móvel Pessoal, que permitirão a expansão da capacidade das redes já existentes e mais cobertura do serviço.

Acesso público aos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados) e transmissão ao vivo dos sorteios de relatores e das reuniões do Conselho Diretor

A ANATEL iniciou, em 2011, esforço para o aumento da transparência de seus processos decisórios. A sociedade — que já participava da elaboração de regulamentos por meio das consultas e das audiências públicas — passou a acompanhar as reuniões do Conselho Diretor da Agência, que desde o final do exercício são transmitidas para auditórios na sede e nas representações estaduais da ANATEL. Os registros desses encontros — atas e gravações das reuniões — ficam disponíveis na Biblioteca da Agência e em seu portal na internet. Os sorteios das matérias também passaram a ser públicos, com resultados divulgados no portal.

A ANATEL também autorizou o acesso amplo e irrestrito aos autos dos processos sancionatórios (Pados) em trâmite na Agência movidos em desfavor das prestadoras dos serviços de telecomunicações. De acordo com procedimento estabelecido pela ANATEL no final do exercício, os autos dos procedimentos são públicos em qualquer fase processual, salvo quando a tramitação sigilosa for essencial à preservação do interesse social, da intimidade dos envolvidos, da segurança da sociedade e do Estado, por decisão fundamentada da ANATEL. Somente as informações, dados e documentos declarados sigilosos são retirados ou ocultados, total ou parcialmente, no momento do encaminhamento do processo à Biblioteca.



2.3.1 Mercado das Comunicações

Em Cabo Verde o regulador das comunicações é a Agência Nacional das Comunicações — ANAC, criada a 19 de Junho de 2006. A ANAC é uma entidade com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo como funções a regulação técnica e económica, supervisão e regulamentação do setor das comunicações eletrónicas e postais.

A agência, com sede na cidade da Praia, além das atribuições típicas de regulação do setor, tem nas suas competências a gestão e controlo do espectro radioelétrico, Gestão do Domínio de Topo “.cv”, e é ainda a autoridade de credenciação de entidades certificadoras de assinaturas digitais.

Os órgãos da ANAC são:

- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal ou Fiscal Único;
- Conselho Consultivo.

O Conselho de Administração é o órgão colegial responsável pela definição e implementação da atividade reguladora da ANAC, bem como pela direção dos respetivos serviços. Os membros do Conselho de Administração são nomeados por resolução do Conselho de Ministros sob proposta do membro do Governo responsável pelas áreas das Comunicações, por um período de cinco anos renovável uma única vez, estando sujeitos a um regime de incompatibilidades específico.



O atual Conselho de Administração é constituído pelo Presidente, David Gomes, e pelos Administradores, Carlos Silva e Valdmiro Segredo.

Em Cabo Verde o setor das Comunicações eletrónicas tem uma relevância acrescida, não só pelo facto de se tratar de um país insular e arquipelágico, mas também por ser uma nação com uma vasta diáspora dispersa por todos os continentes. Assim sendo, o desenvolvimento das comunicações eletrónicas é considerado vital para o futuro, funcionando como uma plataforma de unidade do país.

De uma forma geral, as medidas regulatórias que têm sido tomadas desde a abertura do mercado, trouxeram uma outra dinâmica a este setor, com um aumento da taxa de penetração em todos os serviços, liderado pelo serviço móvel terrestre com uma penetração de 81%, no final de 2011.

Em 2011 alguns os principais marcos no setor foram:

i. Introdução das redes móveis de terceira geração (3G) — Após uma taxa de penetração das redes móveis 2G acima de 80%, perspectiva-se uma explosão do acesso à banda larga móvel nos próximos anos, fazendo aumentar de forma significativa o acesso à internet por parte dos cabo-verdianos.

2.3 CABO VERDE

ii. Fecho do Anel de Fibra Ótica inter-ilhas — Com o lançamento de um segundo cabo submarino para a ilha de Santo Antão, e a ligação das ilhas do Maio, Fogo e Brava, todas as ilhas habitadas do país fazem agora parte do anel. Trata-se de um extraordinário ganho que cria uma autoestrada de elevada qualidade para o tráfego de comunicações a nível nacional.

iii. Ligação ao Cabo Submarino internacional WACS — Após muitos anos dependentes do cabo submarino Atlantis 2 como única saída internacional, Cabo Verde encontra-se ligada a um segundo cabo submarino. É um

ganho evidente uma vez que cria redundância internacional, e alarga a largura de banda internacional para as comunicações, o que reduz o risco de o país voltar a cair nas situações críticas de ficar sem acesso internacional.

iv. Inauguração da primeira estação remota de controlo do espectro radioelétrico — A estação remota de controlo do espectro radioelétrico da Praia foi concluída e inaugurada no início de 2011. Equipado com as mais modernas tecnologias de monitorização de espectro, trata-se de um ganho extraordinário, garantindo um melhor controlo 24 horas por dia.



2.3 CABO VERDE

2.3.2 - Informação Estatística sobre o Setor

Dados Socioeconómicos	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Área geográfica	4.033 Km²		
População	486.150	491.875	500.585 ⁽⁷⁾
Proveitos do Setor	€90.895.996	€87.022.836	€114.158.746
Investimento do Setor	€16.235.941	€28.676.715	€36.950.410
Emprego direto do Setor	525	595	640

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1	2	2
Assinaturas de Serviço Telefónico Fixo	71.874	71.971	74.503

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	2	2	2
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	349.473	371.871	396.429
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	347.402	369.150	392.653
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	n.d.	n.d.	Todos os assinantes estão aptos

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	3	3	6
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	11.929	15.818	21.710 ⁽⁸⁾
Utilizadores de Internet (%) ⁽⁹⁾	25%	30%	32%
Servidores de Internet seguros ⁽¹⁰⁾	6	7	8

Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1	1	1
Total Assinaturas de Banda Larga Fixa	10.972	15.103	21.332

Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	2
Total Assinaturas de Banda Larga Móvel	n.d.	n.d.	15000 ⁽¹¹⁾

Televisão por Assinatura	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	2	2	2
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	8.086	8.543	9.208
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

⁽⁷⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://search.worldbank.org/data?qterm=population&language=EN>

⁽⁸⁾ Sem contabilização da Banda Larga Móvel

⁽⁹⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=3&id=4>

⁽¹⁰⁾ Informação UIT disponível em <http://www.broadbandcommission.org/Documents/bb-annualreport2012.pdf>

⁽¹¹⁾ Valor aproximado. Este item é contabilizado com mais rigor a partir de 2012.

2.3 CABO VERDE

2.3.3 Principais Medidas Regulatórias em Cabo Verde — Agência Nacional das Comunicações — ANAC 2011

No exercício das suas competências enquadradas nos objetivos de regulação, a ANAC tem dado especial atenção à promoção da concorrência, privilegiando a regulamentação do Decreto — Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro.

Neste sentido, as principais medidas regulatórias tomadas em 2011 foram ao nível de identificação de Poder de Mercado Significativo, Interligação e em matéria Tarifária:

Identificação de operadores com poder de mercado significativo (OPMS)

No ano de 2010 após uma análise do setor das comunicações eletrónicas, seguida de procedimento de consulta pública, conforme previsto na lei, a ANAC, através da Deliberação n.º 05/CA/2010, de 23 de Dezembro, do Conselho de Administração, definiu como relevante 16 mercados das comunicações eletrónicas, dos quais 9 grossistas e 7 de retalho.

Em 2011, a ANAC por Deliberação n.º 01/CA/2011 de 2 de Fevereiro, identificou os seguintes operadores com poder de mercado significativo nos referidos mercados:

i) A operadora CVTelecom, S.A. é considerada como operador com poder de mercado significativo nos seguintes mercados relevantes:

- Mercados grossistas:
 - Terminação chamada na rede fixa
 - Trânsito na rede fixa
 - Linhas alugadas inter-ilhas
 - Linhas alugadas intra-ilhas
 - Linhas alugadas internacionais
 - Fornecimento de acesso à banda larga
 - Fornecimento de acesso desagregado ao lacete local
 - Fornecimento de acesso às infraestruturas internacionais
- Mercados de retalho:
 - Acesso fixo analógico
 - Acesso fixo digital RDIS
 - Comunicação de voz fixa
 - Comunicação internacional fixa e móvel
 - Banda larga com e sem fios

ii) A operadora CVMóvel, S.A. é considerada como operador com poder de mercado significativo nos seguintes mercados relevantes:

- Terminação das chamadas na rede móvel
- Comunicação de voz móvel

iii) A operadora CVMultimédia, S.A. é considerada como operador com poder de mercado significativo no seguinte mercado relevante:

- Banda larga com e sem fios

Medidas em matéria de Interligação e acesso às infra-estruturas da rede básica

Com definição dos OPMS, a ANAC iniciou em 2011

2.3 CABO VERDE

um trabalho no sentido da introdução de medidas que visem promover a concorrência no setor, nomeadamente:

- Revisão e desenvolvimento da Oferta de Referência de Interligação da Concessionária;
- Oferta Referência Interligação dos Operadores Móveis. Encargos de Interligação:
- Preparação de um modelo de custeio LRIC para operadoras móveis;
- Medidas em matéria acesso e partilha de infra-estruturas básicas;
- ORALL — Oferta Referência Desagregação do Lacete Local;
- ORCA — Oferta Referência Circuitos Alugados do OPMS
- Acesso ao Cabo Submarino Internacional.

Tratando-se de uma matéria muito complexa, num mercado muito específico como o de Cabo Verde, são ações que deverão ser completadas em finais de 2012 ou início de 2013.

Medidas em matéria tarifária

- Revisão de tarifas de telefonia fixa

Na sequência da auditoria ao modelo de custeio e após um período de entendimento, com discussão entre os vários atores envolvidos e com a empresa concessionária, o CA da ANAC através da deliberação nº06/CA/2011 decidiu manter o preço atualmente em vigor, para o produto de assinatura, e, aproximar o preço das chamadas locais, interurbanas e para redes móveis aos seus custos.

Ainda ficou explícita a aplicação do subsídio para as chamadas internacionais de entrada e de saída, para compensar o défice tarifário no acesso/assinatura e nas chamadas locais.

Em função dos dados observados durante o primeiro semestre de 2012, a operadora poderá propor alterações aos valores agora fixados pela ANAC com o objetivo de manter ou incrementar a taxa de penetração, reduzir o impacto social e a manutenção de uma razoável rentabilidade dos serviços de telefonia fixa.

Ponto de Situação dos grandes projetos no setor em 2011

Infraestrutura de Chaves públicas de Cabo Verde

A ANAC é a entidade credenciadora de entidades certificadoras de assinaturas digitais, e como tal tem vindo a dinamizar a implementação da Infraestrutura de chave pública de Cabo Verde (ICP-CV).

A comissão de implementação da ICP-CV criada pela resolução n.º27/2009, de 24 de Agosto, delegou à ANAC a responsabilidade de implementar a Entidade de Certificação Raiz de Cabo Verde (ECR-CV).

A infraestruturação da ECR-CV é um passo essencial para a operacionalização da ICP-CV, tornando-se num dos mais importantes projetos da ANAC, não só em termos dos custos, mas também por se tratar de um desafio de elevada responsabilidade em termos de rigor e segurança.

Em 2011 foi finalizada a infraestruturação física e tecnológica da ECR-CV e foi assinado um Acordo com o CEGER, Portugal para apoiar tecnicamente em todos os processos de instalação e preparação do funcionamento da ECR-CV; com o ITI, Brasil foi assinado outro acordo para apoiar tecnicamente todo o processo de credenciação.

2.3 CABO VERDE

Estratégia Nacional de Banda Larga, ENBL

Este projeto visa dotar o país de um *master plan* para o acesso generalizado à Banda Larga, indo de encontro a uma prática que tem sido comum em muitos países dada a importância que a Internet ganhou na vida das pessoas.

Neste âmbito, a Comissão criada pela Resolução n.º 40/2010, de 26 de Julho, para a elaboração da Estratégia Nacional para Banda Larga (ENBL), sob coordenação da ANAC elaborou o caderno de encargos e lançou o concurso para a contratação da empresa consultora que irá realizar esse trabalho.

O concurso foi finalizado no final do ano de 2011, no sentido de em 2012 Cabo Verde ter uma estratégia nacional para a banda larga.

Transição da Televisão Analógica para a Televisão Digital Terrestre (TDT)

A transição da radiodifusão televisiva analógica para a digital é um processo de grande complexidade que abrange questões de natureza política, económica, cultural e social. Cabo Verde terá de fazer a transição até Julho de 2015, pelo que se trata de um projeto que terá de ser abordado com o devido cuidado.

A Comissão criada pelo governo para a fim de elaborar a dita estratégia lançou um concurso para contratação de empresa de consultoria, que visa elaborar um estudo detalhado para essa transição.

Paralelamente alguns trabalhos foram sendo avançados em 2011, tendo sido feito um levantamento exaustivo de todas as estações de radiodifusão televisiva existentes no país, visando verificar a possibilidade de sua utilização na radiodifusão digital

Ainda enquadrada na preparação do país para esta transição, foi realizada no âmbito do Centro de Excelência da UIT para a África lusófona e hispânica uma formação em Televisão Digital Terrestre que abrangeu não só os operadores de Televisão, mas também todos os elementos que fazem parte da Comissão.

Portabilidade de Números

A Portabilidade numérica é um projeto iniciado em 2010 com a realização de uma consulta pública — seguindo o estipulado pela lei das comunicações eletrónicas — na qual todos os participantes demonstraram estar cientes da sua importância. Porém, tem revelado tratar-se de um projeto de elevada complexidade, devido ao elevado custo das soluções tecnológicas e da forma da partilha destes mesmos custos.

Em 2011 procedeu-se à criação da Comissão de implementação e acompanhamento de portabilidade (CIP) que é composta por representantes do regulador, dos operadores e das associações de defesa do consumidor.

Após um longo período de trabalhos foram elaborados o regulamento e os seus anexos que são as especificações de interface técnica entre redes e os procedimentos administrativos. Estes documentos foram amplamente discutidos entre os membros da CIP e socializados com os operadores.

Um grande constrangimento encontrado foi a dificuldade em contratar uma empresa que fornecesse a solução tecnológica e fazer de entidade referencia, elemento de elevada importância nos processos de portabilidade. Face a este constrangimento foi elaborado um termo de referência que foi submetido aos operadores para a facilitação desse processo.

2.4.1 Mercado das Comunicações

A Lei n.º 5/2010 - Lei de Base das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), de 27 de Maio de 2010, publicada no 3.º Suplemento ao Boletim Oficial n.º 21 - extinguiu o Instituto das Comunicações da Guiné-Bissau (ICGB), criado em 1999, e estabeleceu a Autoridade Reguladora Nacional das TIC (ARN).

A ARN sucedeu ao ICGB na sua personalidade jurídica, mantendo todos os direitos e obrigações legais ou contratuais, que integram a respetiva esfera jurídica.

A ARN está dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira, com património próprio, exercendo a sua ação sob tutela do membro do Governo responsável pelo Setor da tecnologia de informação e comunicação.

A gestão financeira e patrimonial da ARN rege-se pelo disposto na Lei acima referida e subsidiariamente, pelo regime jurídico aplicável a empresas públicas.

O objeto deste regulador é o apoio ao Governo na coordenação, tutela e planeamento do setor da tecnologia da informação e comunicação, bem como na regulação, supervisão, fiscalização e representação técnica do setor.



São órgãos da ARN:

- a) O Conselho de Administração;
- b) O Revisor de Contas;
- c) O Conselho Técnico;
- d) O Conselho Consultivo.

O Conselho de Administração é constituído por três Membros (um Presidente e dois vogais), sendo um órgão colegial responsável pela definição e implementação da atividade reguladora da ARN, bem como pela direção dos respetivos serviços.

O atual Conselho de Administração da ARN é constituído pelos Srs. Gibril Mané (Presidente), Frank Oliveira e João Vieira, tendo um mandato de três anos, desde junho de 2011 — podendo ser reconduzido por apenas mais um mandato de três anos.

2.4.2 - Informação Estatística sobre o Setor

Dados Socioeconómicos	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Área geográfica	36.125 Km²		
População	1.578.531	1.610.746	1.547.061 ⁽¹²⁾
Proveitos do Setor	€44.009.370	€495.498.50	€59.459.820
Investimento do Setor	€4.891.631	€22.863.000	€4.355.749
Emprego direto do Setor	n.d.	412	n.d.

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1	1	1
Assinaturas de Serviço Telefónico Fixo ⁽¹³⁾	4.844	5.000	n.d.

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	3	3	3
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	525.685	616.630	864.558
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	99%	99%	99%
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	n.d.	n.d.	n.d.

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	5	5	6
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	n.d.	n.d.	n.d.
Utilizadores de Internet (%) ⁽¹⁴⁾	2,3%	2,5%	2,7%
Servidores de Internet seguros/milhão habitantes ⁽¹⁵⁾	n.d.	1	1

Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Total Assinaturas de Banda Larga Fixa	n.d.	n.d.	n.d.

Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	3	3	3
Total Assinaturas de Banda Larga Móvel	14.832	14.857	14.892

Televisão por Assinatura	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	0	0	0
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

NOTA (Investimento): No ano 2009, os resultados obtidos são dados de 2 operadores, e para o de 2010 são de 4 operadores, já para o de 2011 são de um (1) só operador.

⁽¹²⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://search.worldbank.org/data?qterm=population&language=EN>

⁽¹³⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=3&id=4>

⁽¹⁴⁾ Informação UIT disponível em <http://www.broadbandcommission.org/Documents/bb-annualreport2012.pdf>

⁽¹⁵⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=3&id=4>

2.4.3 Principais Medidas Regulamentares na Guiné-Bissau — Autoridade Reguladora Nacional — ARN 2011

O ano 2011 foi um ano de viragem nas atividades da ARN, sobretudo na adequação do seu pessoal.

Em 2011, as atividades da ARN centraram-se igualmente nas áreas tradicionais de sua competência, tendo sempre patente a dinâmica do mercado.

Com efeito, as linhas de ação contemplam os aspetos relevantes da regulação, nomeadamente, resolução das questões polémicas entre e com os operadores, tais como interligação, partilha de infraestruturas, qualidade de serviço, cumprimentos legais, etc..

A ARN, para além das áreas tradicionais de sua competência, centrou-se igualmente no estabelecimento de projetos, considerados cruciais para a incorporação sistemática e consequente massificação de utilização das TIC na vida sociocultural, económica e governativa, assim como na criação de meios adequados para o desempenho eficiente da sua missão.

Destacam-se de seguida, em síntese, as atividades desenvolvidas pela ARN, no universo das programadas, por áreas de intervenção:

- Regulação e regulamentação;
- Fiscalização de Atividade das Entidades Licenciadas e/ou Registadas & Controlo de Utilização do Espectro Radioelétrico;
- Investigação & Desenvolvimento;
- Atividade Internacional.

Regulação e regulamentação

Regulamentação

Reforço do quadro jurídico existente

Apesar dos esforços consentidos e dos resultados alcançados, os objetivos traçados na política setorial das TIC estão ainda aquém de serem alcançados e o Governo foi obrigado a mudar de estratégias em relação à estrutura das atividades das TIC, em consequência da acelerada evolução tecnológica.

Consciente do impacto desta evolução e do seu potencial para o desenvolvimento das atividades económicas, da sua sensibilidade para a transição democrática e instrumento essencial para a implementação das políticas de integração no meio rural e consequente criação do bem-estar social, *o Governo imprimiu mais dinâmica no setor, com vista à consolidação da concorrência efetiva no mercado e a criação de mecanismos para aumentar o uso das TIC* em todas as esferas da sociedade.

Neste contexto o Governo adotou um novo quadro jurídico relativo aos serviços e redes das TIC, adequado às exigências da liberalização e da concorrência, a saber:

- i. Nova Lei de base das tecnologias de informação e comunicação, Lei n.º 5/2010, de 27 Maio de 2010
- ii. Regulamentos conexos:
 - a). Regime de Interligação, Decreto n.º 13/2010;

2.4 GUINÉ-BISSAU

b). Fiscalização, Sanções e Resolução de Conflitos, Decreto n.º 14/2010;

c). Procedimento de Consulta Pública, Decreto n.º 15/2010;

d). Oferta de Redes e Serviços das TIC, Decreto n.º 16/2010.

Objetivo do novo quadro jurídico:

➤ Aumentar a eficácia das redes e dos serviços das TIC, permitindo que desempenhem o seu papel de vetor diretor do desenvolvimento nacional;

➤ Favorecer a competitividade da economia no âmbito nacional, regional (UEMOA, CEDEAO) e na integração na economia mundial;

➤ Criação de condições favoráveis à emergência e desenvolvimento da concorrência no setor e facilitar o acesso aos serviços de telecomunicações/TIC a melhores preços;

➤ Promoção da inovação tecnológica e o uso de tecnologia para comunicações.

Estabelecimento da estrutura do Fundo de Acesso Universal

No exercício 2011 foi nomeado o Secretário executivo do FAU, com propósito de implementar os objetivos que nortearam a sua criação.

Objetivo:

Determinar as modalidades de funcionamento e de utilização dos recursos do Fundo, sem prejuízo, todavia

das obrigações prescritas aos operadores, através dos respetivos caderno de encargos e a competências da ARN em definir a execução das missões e encargos relativos ao desenvolvimento do serviço universal, no que respeita a:

a. Compensação dos encargos suportados pelos operadores com obrigações de serviço universal e que não se encontram cobertos pelas receitas desse serviço;

b. Subvenção ou financiamento da extensão da cobertura do serviço/acesso universal.

Atualização de projeto de Decreto do Regulamento sobre gestão e controlo de tráfego

Dada a necessidade de criar condições para implementação de estruturas com vista ao melhor controlo do fluxo do tráfego nacional e internacional que entra e sai da Guiné-Bissau, a ARN elaborou, com o apoio da União Internacional das Telecomunicações (UIT), o *regulamento sobre gestão e controlo de tráfego*, cuja atualização começou em 2011, com a realização da reunião da CRTEL, onde o assunto foi escolhido como tema da referida reunião.

O assunto mereceu grande atenção dos participantes, dada a sua pertinência.

Objetivo do regulamento:

- Estabelecer as condições técnicas e operacionais aplicáveis aos operadores de redes públicas de telecomunicações e aos prestadores de serviços de uso público para melhorar a eficácia de gestão e controlo

de tráfego (nacional e internacional) e prevenirem-se práticas conducentes a fraude.

Elaboração de projeto de do Regulamento de Desenvolvimento do Serviço Universal

Com a criação do Fundo de Acesso Universal e sua estrutura, urge estabelecer mecanismos que visam orientar de forma transparente a atuação e desenvolvimento da política do Governo em matéria de acesso universal.

A ARN elaborou um projeto de regulamento que ainda está a ser atualizado para posterior encaminhamento e consideração pelo Governo.

Objetivo do regulamento:

- Definir as orientações e prioridades da política do Governo em matéria do serviço universal das telecomunicações, bem como regulamenta a estratégia de sua implementação, no que concerne à:

1. Fixação das obrigações dos operadores a título de fornecimento do serviço universal das telecomunicações;
2. Determinação das modalidades de extensão da cobertura do serviço universal em zonas rurais ou urbanas;
3. Organização do financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Serviço Universal das Telecomunicações via contribuições financeiras dos operadores de redes e serviços de telecomunicações e via concurso de outras partes interessadas;

Elaboração de projeto do Regulamento sobre cabos submarinos

Não constitui segredo que a comunicação via satélite é muito oneroso em termos de custos, sobretudo para um país vulnerável como a Guiné-Bissau, as consequências deste facto tem as suas repercussões, pois constituem barreira ao desenvolvimento e penetração das comunicações, assim como à diversificação de serviços, sobretudo de banda larga.

As tendências atuais:

- Demanda de serviços de Internet, serviços multimédia e de aplicações devedo a crescer muito rapidamente;
- Volume importante do tráfego internacional (+ 95%) será veiculado pela Internet até 2015.

➤ *Este forte crescimento vai forçosamente originar a demanda em conectividade internacional por cabos submarinos de fibras óticas nos próximos 15 anos.*

Ciente da potencialidade estratégica que os serviços de banda larga traz para a economia e da importância que a ligação ao *backbone* internacional constitui para a utilização massiva deste componente essencial para o desenvolvimento, a adoção e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no seio da economia e da sociedade, em razão da sua capacidade para:

- Acelerar e contribuir no crescimento e inovação tecnológica;

2.4 GUINÉ-BISSAU

- Permitir a interligação do país com às redes mundiais de cabos submarinos de fibras óticas e consequentemente a ligação direta de banda larga, permitindo deste modo uma ligação fiável dos bancos, agências de viagens, telemedicina, telescola;

- Reduzir os atuais custos de comunicações internacionais;
- Permitir livre acesso e o desenvolvimento da concorrência nas ligações internacionais;
- Criação de novos postos de trabalho;
- Redução de custos de trânsitos com os países vizinhos;
- Redução de tarifas de comunicação internacionais;
- Aumento de volume de negócio dos operadores, do PIB e vantagens para tesouro público.

O Governo elegeu a implementação de sistema do cabo submarino como um elemento crítico da estratégia para melhorar as comunicações e aumentar o acesso à informação na Guiné-Bissau.

Consciente desta preocupação, a ARN com o apoio da União Internacional das Telecomunicações (UIT), elaborou o projeto de regulamento sobre cabos submarinos que visa orientar os potenciais investidores neste segmento de mercado.

De salientar que uma conferência nacional para a validação do estudo e do regulamento foi levado a cabo pela ARN.

Regulação

Atualização estatística da evolução do setor / projetos de criação de sistema de informação do setor

- A ARN atualizou o formulário de recolha de dados

técnicos, económicos e financeiros, instituído através de um aviso e, baseado nas melhores práticas internacionais sobre a matéria, designadamente da UIT, CEDEAO, UEMOA, com vista a criar a base de dados de informação sobre o setor;

- A ARN tem encontrado algumas dificuldades na realização desta ação, devido a falta de colaboração por parte de alguns operadores;

- Em aplicação das prerrogativas que a lei lhe confere, no domínio do seu cumprimento, foram aplicadas multas aos operadores, que se encontram em falta, em termos de cumprimento das suas obrigações contratuais, designadamente dos respetivos caderno de encargos;

- Quanto à criação de sistema de informação para o setor, a ARN está envolvida num projeto regional da CEDEAO, para a criação de um sistema de gestão de informação para o setor das telecomunicações e TIC, denominada SIGTEL. Neste âmbito a ARN participa ativamente fornecendo informações requeridas para a viabilidade do projeto. Atualmente existem dois técnicos na ARN com formação específica na matéria, para o seguimento do projeto;

- Ainda na linha de orientação para a implementação de base de dados do setor, está em curso a negociação/contacto com o Instituto da Biodiversidade e a ESRI Portugal para a implementação de uma solução para estabelecimento do cadastro nacional das telecomunicações, através de Software, SIG — Sistema de Informação Geográfica, produto da Atlas Connect. Este sistema terá a sua utilidade, ainda na definição de áreas, que serão eventualmente abrangidas pela política de Acesso/Serviço Universal.

2.4 GUINÉ-BISSAU

Projetos em curso para aumentar a capacidade atual da rede, da segurança do tráfego nele transitado e de aumento de taxa de penetração das comunicações:

- Criação da rede nacional de fibra ótica de grande capacidade;
- Abertura do mercado de cabos submarinos, através a adoção do quadro jurídico aplicável, dando assim a possibilidade de implementação da Internet de banda larga e de baixo custo permitindo com efeito a criação de:
 - Governo eletrónico;
 - Telemedicina;

- Ensino à distância e acesso a grandes centros de ensino e bibliotecas;
 - Comércio eletrónico, entre outras.
- Criação de estrutura para gestão e controle de tráfego, através de aprovação do regulamento específico;
 - Criação de Fundo de Acesso Universal e da estrutura competente, para compensação de défice de acesso, e financiar projetos de desenvolvimento sobretudo nas zonas rurais de modo a permitir o acesso a comunicação a toda a população, mediante preços abordáveis;
 - Criação de projetos de Telecentros Comunitários Polivalentes para jovens e mulheres.

Quadro ilustrativo de níveis de intervenção reguladora da ARN

Licença Individual	Autorização Geral	Registo	Acesso Aberto
Serviço fixo Telefónico	Prestação ou exploração das redes privadas de comunicações	Revendedores	Redes internas
Serviço público móvel	Prestação ou a exploração de serviço via satélite	Prestação de serviços de valor acrescentado, nomeadamente os serviços de voz suportados na tecnologia IP (VOIP) (PC-PC)	Wi-Fi
Estabelecimento e/ou fornecimento de redes publicas de telecomunicações	Prestação de serviços móveis virtuais (MVNO)	Prestação de serviços de Internet	Infraestrutura de redes de baixa capacidade (<i>low impact</i>)
Uso de recursos raros, como frequência ou numeração para o estabelecimento de redes ou para a prestação de serviços	Prestação de serviço de telex		
Fornecimento ou o controlo de infraestrutura de telecomunicações	Prestação de serviços de telegrama		
Cabos e fios de ligações	Prestação de serviços públicos de chamada de pessoas (<i>paging</i>)		
Estações terrenas			
Centro de comutação			
Cabos submarinos			
Transmissor de radiocomunicações			
Estações especiais			
Postes, condutas, torres			

2.4 GUINÉ-BISSAU

Fiscalização Radioelétrica, de Qualidade de Serviço e da atividade dos operadores

A atividade de supervisão e fiscalização envolve a aferição de qualidade dos serviços prestados pelos operadores e prestadores de serviço de comunicação de uso público e de acompanhamento e controlo do espectro. A execução dessa atividade visa:

- Verificar as condições em que operam as redes e estações de radiocomunicações;
- Recolher informações operacionais, com o propósito de apoiar os serviços de planificação de uso do espectro e licenciamento radioelétrico.

No seguimento das ações iniciadas no ano de 2008, no ano 2011 procedeu-se à fiscalização radioelétrica e de qualidade de serviço dos operadores. Neste âmbito foram desenvolvidas ações de fiscalização de serviços fornecidos pelos diferentes prestadores de serviços, com destaque para os operadores da rede móvel — GSM, com vista a determinar a disponibilidade e fiabilidade de suas redes e dos circuitos de interligação.

Vistoria técnica a estações de radiodifusão sonora

Objetivos:

Recolher informações que permitem aferir as condições de funcionalidade das diferentes estações emissoras, nomeadamente em termos de correta utilização das frequências consignadas, cobertura, interferências, modulação, intensidade de campo, etc.;

Revisão e atualização de informação sobre as licenças atribuídas, colocação de filtro harmónico de acordo com as potências instaladas e a apresentação do projeto técnico de licenciamento.

Constatações:

Da vistoria efetuada às estações da rádio difusão sonora de cidade de Bissau e dos arredores constatou-se que a maioria viola as disposições do Plano de Genebra 1984 (GE 84). Das violações registadas destacam-se:

- Potências Aparentes Radiadas (PAR) que ultrapassam largamente o nível estabelecido;
- Largura de banda excessivamente fora de parâmetros, não respeitando o desvio máximo permitido de 75 kHz e com níveis de harmónicos muito elevados;
- Diagrama de radiação de antena fora de norma;
- Introdução, no território nacional, de equipamentos radioelétricos sem autorização prévia da ARN;
- Ausência da qualificação requerida por parte da maioria dos responsáveis técnicos das estações.

É de salientar que foi dada prioridade à cidade de Bissau nesta vistoria devido a:

- Possibilidade de interferência com o sistema de navegação aeronáutica, devido à proximidade em termos de localização e das bandas de frequência. Recorda-se que a banda de frequência da radiodifusão sonora FM (87.5 – 108 MHz) e da Aviação Civil (108. 117 MHz) são adjacentes;
- Aglomeração da maioria das estações de radiodifusão

2.4 GUINÉ-BISSAU

sonora, cuja propagação de emissões radiodifundidas atinge localidades dos territórios vizinhos, violando desta forma as convenções internacionais da matéria;

- Proximidade entre estações de radiodifusão sonora e em consequência maior possibilidade de interferência.

Fiscalização radioelétrica e da Qualidade de Serviço dos operadores licenciados - GSM

No âmbito das ações de fiscalização radioelétrica e da Qualidade de Serviço dos operadores licenciados para a prestação de serviço de uso público foram realizadas ações de fiscalização, com especial incidência nos serviços dos operadores das redes celulares móveis terrestres (GSM).

Os trabalhos de vistoria foram realizados na maioria dos casos em períodos com maior aglomeração populacional de forma a:

- Verificar o nível de congestionamento das redes
- Recolher informações que permitissem verificar a taxação das chamadas praticadas nas três redes;
- Obter dados sobre:
 - Grau de cobertura nas localidades onde se efetuaram os testes;
 - Grau de disponibilidade dos circuitos de interligação;
 - Grau de disponibilidade das redes e verificação dos níveis de sinais.

Um dos períodos coincidiu com quadra festiva de reza muçulmana, tendo em atenção o grande volume de tráfego que se verifica no mesmo.

Investigação e Desenvolvimento

Estudos, Consultoria/Assistência Técnica, Formação e Capacitação

Estudos

- Resgate e gestão de domínio Internet GW
- Contatos para aquisição de equipamentos de fiscalização radioelétrica

Consultoria / assistência técnica

- Regulamento sobre Cabos submarinos e seminário de validação
- Consultoria sobre reestruturação dos Recursos Humanos
- Gestão de espectro

Formação e capacitação

- Organização de seminários Internacionais
- CRTEL
- Gestão estratégica de marketing nas Telecomunicações
- Gestão de Espectro

Atividade Internacional

No âmbito da sua competência de assessoria ao Governo no exercício das suas funções tutelares e coordenação no âmbito nacional de tudo quanto respeite a execução de tratados, convenções e acordos internacionais relacionados com a comunicação, bem como a representação do estado da Guiné-Bissau nos correspondentes organismos internacionais, quando de outro modo não for determinado, a ARN centrou a sua atividade em três domínios:

2.4 GUINÉ-BISSAU

- Representação do estado da Guiné-Bissau nos correspondentes organismos internacionais
- Representação técnica
- Cooperação

Participação em reuniões, seminários e colóquios internacionais

- Políticas de telecomunicações nos PALOP, Centro de Excelência UIT;
- Indicadores de telecomunicação, União Internacional das Telecomunicações;
- Gestão das telecomunicações no contexto da convergência, União Internacional das Telecomunicações;
- Interligação, União Internacional das Telecomunicações;
- Acesso Universal, União Internacional das Telecomunicações;

- Formação para técnicos, Autoridade Nacional de Regulação de Portugal (ANACOM);
- Redes de Nova Geração, União Internacional das Telecomunicações;
- Contabilidade e gestão financeira, ANACOM e Instituto Nacional de Administração de Portugal (INA);
- Desenvolvimento de Recursos Humanos, União Internacional das Telecomunicações:
 - ◆ Estudo e definições de critérios
 - ◆ Condução de estudo das reais possibilidades da ARN face as dívidas com organismos internacionais e que culminaram com o pagamento da parte dessas dívidas a esses organismos, designadamente:
 - ◆ União Africana das Telecomunicações;
 - ◆ Associação dos Reguladores de África Ocidental (ARTAO);
 - ◆ Associação de operadores de Correios e Telecomunicações (AICEP).



2.5 MOÇAMBIQUE

2.5.1 Mercado das Comunicações

Em Moçambique o Setor das Comunicações é regulado pelo Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique — INCM, criado a 10 de setembro de 1992 (Decreto n.º 22/92, de 10 de Setembro).

Este Instituto encontra-se sob a tutela do Ministro dos Transportes e Comunicações da República de Moçambique, sendo segundo o Decreto n.º 32/2001 de 6 de Novembro que revoga o Decreto 22/92, no seu artigo n.º 2, um instituto público dotado de personalidade jurídica e com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Os órgãos do INCM são três: Conselho de Administração (órgão deliberativo constituído por cinco membros, sendo um o presidente), Conselho Fiscal (órgão de fiscalização constituído por três membros — um presidente e dois vogais) e a Direção Geral (órgão executivo constituído pelo Diretor-Geral e pelos Diretores de Serviços que desempenham as suas funções em tempo inteiro). O atual Presidente do Conselho de Administração é o Sr. Isidoro Pedro da Silva.

Entre as principais funções e competências deste Instituto encontram-se a regulação e fiscalização do mercado, assim como, o controlo da gestão do espectro e das frequências radioelétricas, no âmbito das atribuições cometidas por lei, de regulação e desenvolvimento dos setores postal e de telecomunicações.

O mercado das telecomunicações moçambicano encontra-se liberalizado e em rápido crescimento conforme indicam os dados das comunicações de Moçambique. Só entre 2008 e 2009 o número de assinaturas de serviço telefónico móvel passou de 4.405,006 para 5.970,781 ⁽¹⁶⁾ (um aumento de 1.565.775



assinantes), não se tendo verificado um aumento tão significativo no serviço telefónico fixo (aumento de apenas 4.123 assinaturas).

No decorrer de 2010 verificaram-se vários incentivos para o desenvolvimento do setor entre os quais se encontra o lançamento do concurso público para o licenciamento do terceiro operador de telecomunicações móveis celular. O governo moçambicano aprovou a entrada de mais um operador de telecomunicações móveis celular no mercado através da Resolução n.º 50/2009, de 14 de Julho, do Conselho de Ministros. Esta aprovação fora precedida por um estudo de mercado realizado em 2007 que recomendava a possibilidade de seu licenciamento.

Os objetivos deste licenciamento do terceiro operador de telecomunicações móveis celular são aumentar a cobertura, disponibilidade, qualidade, acessibilidade e diversificação dos serviços de telecomunicações em Moçambique, incluindo serviços que contribuam para o desenvolvimento da sociedade de informação, promover maior concorrência no mercado das telecomunicações, atrair o investimento nacional e estrangeiro para a criação de infraestruturas e desenvolvimento dos serviços de telecomunicações e encorajar uma maior participação do setor privado na prestação de serviços de telecomunicações.

⁽¹⁶⁾ Dados retirados da informação prestada pelo INCM para o Grupo de Trabalho de Estatística da ARCTEL-CPLP.

2.5 MOÇAMBIQUE

2.5.2 - Informação Estatística sobre o Setor

Dados Socioeconómicos	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Área geográfica	799.380 Km²		
População	21.802.860	22.416.881	23.049.621
Proveitos do Setor	€292.386	€369.822	€150.767
Investimento do Setor	€101.082	€80,4	€255,5
Emprego direto do Setor	2.491	2.456	2.510

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1	1	1
Assinaturas de Serviço Telefónico Fixo	82.447	88.062	88.120

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	2	2	3
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	5.970.781	7.224.176	7.885.345
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	n.d.	n.d.	7149362
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	n.d.	n.d.	n.d.

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	20	20	21
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	12.741	15.454	15.582
Utilizadores de Internet (%) dados estimados	2,8%	2,8% (2009)	2,8% (2009)
Servidores de Internet seguros ⁽¹⁷⁾	8	20	27

Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1	1	1
Total Assinaturas de Banda Larga Fixa	n.d.	15.454	16.278

Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	10	10	10
Total Assinaturas de Banda Larga Móvel ⁽¹⁸⁾	n.d.	139.000	250.000

Televisão por Assinatura	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	3	3	5
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	12.550	13.571	13.571
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

⁽¹⁷⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=3&id=4>

⁽¹⁸⁾ Informação UIT por subscrição em <http://www.itu.int/pub/D-IND-WTID.OL-2012>

2.5 MOÇAMBIQUE

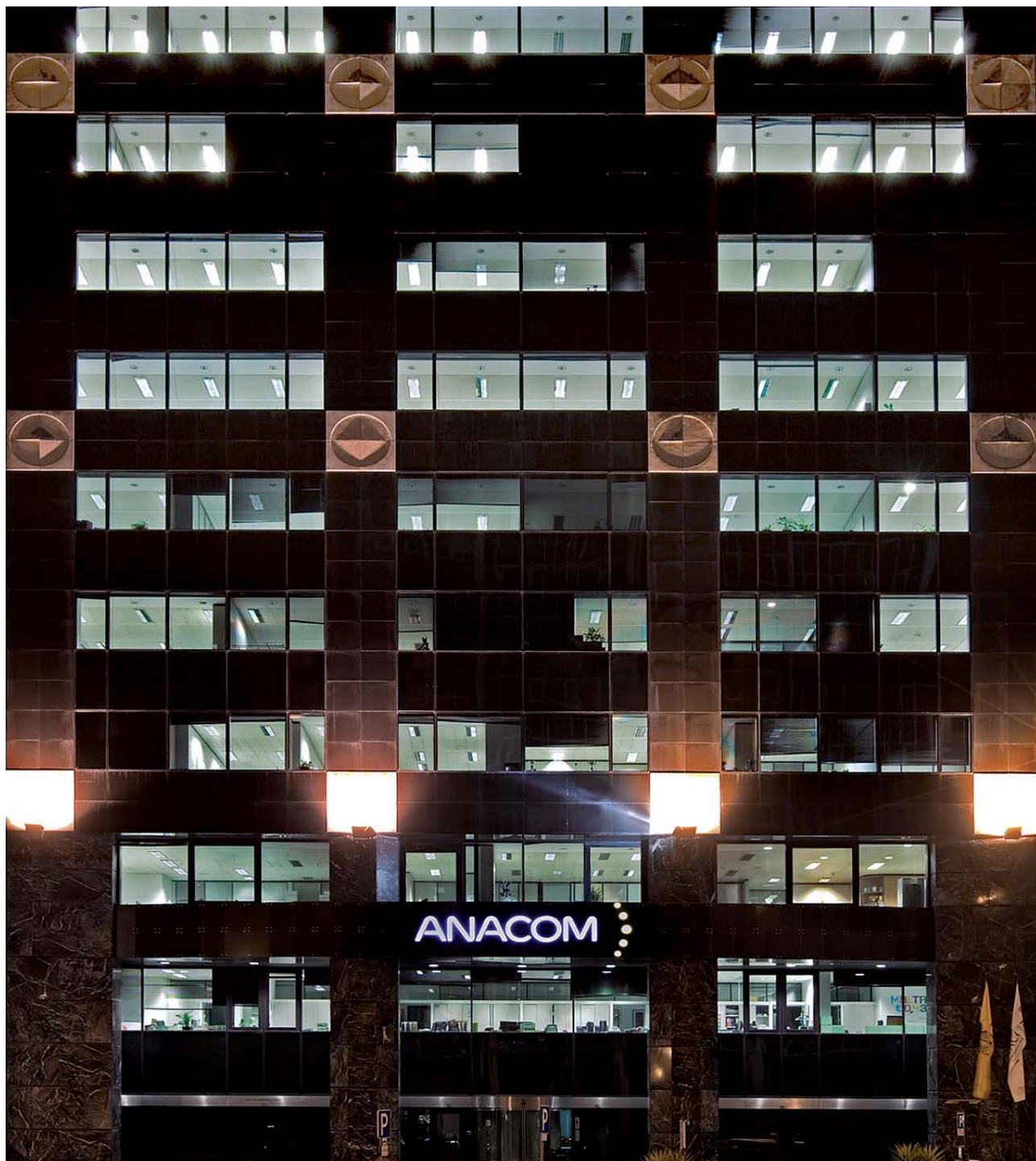
2.5.3 Principais Medidas Regulamentares em Moçambique — Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique — INCM 2011

Elaborou e aprovou:

- Regulamento sobre Qualidade de Serviços Públicos de Telecomunicações, publicado a 3 de maio;
- Regulamento de Partilha de Infraestruturas Passivas de Telecomunicações e outros Recursos de Rede, publicado a 27 de dezembro de 2010;
- Concurso público/licenciamento para o 3º operador móvel em Moçambique;

- 2 operadores móveis existentes já migraram para 3G;
- Regulamento sobre transição de Sistema analógico para sistema digital — adotado sistema europeu DVBT2;
- Registo obrigatório de cartões *SIM* (incluindo pré pagos);
- Harmonização e coordenação de frequências regionais e transfronteiriças com os países fronteiriços;
- Discussão permanente sobre: *roaming* nacional e *roaming* internacional (quais as tarifas a aplicar);
- Convergência Institucional e funcional — CRASA.





2.6.1 Mercado das Comunicações

O ICP — Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), o órgão regulador português, é desde Janeiro de 2002, a nova designação do Instituto das Comunicações de Portugal (criado em 1981), em resultado da entrada em vigor dos seus novos estatutos.

É uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património e receitas próprias.

Os órgãos da ANACOM são três: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo.

O Conselho de Administração é constituído por um presidente e dois ou quatro vogais — caso em que deve ser nomeado um vice-presidente, sendo os seus Membros nomeados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do ministro da tutela, por um período de cinco anos não renovável, estando sujeitos a um regime de incompatibilidades específico.

Cabendo ao Conselho de Administração definir e acompanhar a estratégia de atuação da ANACOM, o atual Conselho de Administração é constituído pela Presidente, Fátima Barros, pelo Vice-Presidente, José Perdigoto e pelos vogais, João Confraria e Hélder Vasconcelos, todos nomeados em maio de 2012, tendo vindo a juntar-se ao Filipe Baptista, mandatado desde 2009.

São três as atribuições da ANACOM:

- **Regulação do Mercado** — garantir o acesso dos operadores de comunicações às redes; promover a concorrência na oferta de redes e serviços de comunicações eletrónicas e postais, de recursos e serviços conexos.



- **Supervisão, fiscalização e sancionamento** — velar pela aplicação e fiscalização das leis, regulamentos e requisitos técnicos por parte dos operadores de comunicações, das disposições dos títulos de exercício de atividade ou contratos de concessão.

- **Representação do setor das comunicações (telecomunicações e correios)** — assegurar a representação técnica do Estado Português nos organismos internacionais congéneres, acompanhar a atividade das entidades reguladoras afins e as experiências estrangeiras de regulação das comunicações e estabelecer relações com outras entidades reguladoras.

Obrigações da ANACOM:

- ◊ A obrigação de publicar um conjunto alargado de informações no sítio da ANACOM — www.anacom.pt

- ◊ A definição rigorosa do mandato do regulador (Estatutos, Regicom e Lei de Bases dos Serviços Postais).

- ◊ Entrega do Relatório anual ao Governo e à Assembleia da República sobre as atividades de regulação.

2.6 PORTUGAL

2.6.2 Informação Estatística sobre o Setor

No Mercado português no final do 4.º trimestre de 2011 havia 40 operadores e prestadores de serviços registados na ANACOM e em atividade (Serviço Telefónico fixo, móvel e Internet). Em seguida apresentamos

a situação das comunicações eletrónicas e postais em Portugal no final do ano 2011.

Os dados que a seguir se apresentam para os vários indicadores foram enviados à ANACOM pelas empresas prestadoras de serviços de comunicações eletrónicas e respeitam ao seu desempenho no ano de 2011.

Dados Socioeconómicos	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Área geográfica	92.212 Km²		
População	10.637.713	10.636.979	10.561.814
Proveitos do Setor	€7.571.848.000	€7.600.363.000	€7.100.000.000 ⁽¹⁹⁾
Investimento do Setor	€1.054.434.000	€1.078.248.000	€883.432.000
Emprego direto do Setor	12.744	12.678	12.540 ⁽²⁰⁾

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	25	25	24
Assinaturas de Serviço Telefónico Fixo	4.328.295	4.476.579	4.530.180

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	5	5	5
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	16.051.044	16.473.690	16.794.499
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	11.702.094	11.879.544	12.066.059
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	5.984.053	10.495.949	11.171.394

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	50	49	51
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	1.898.026	2.104.334	2.175.508
Utilizadores de Internet (%)	46,6%	51,3%	55,3%
Servidores de Internet seguros ⁽²¹⁾	1.449	1.847	2.380

Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	50	49	51
Total Assinaturas de Banda Larga Fixa	1.865.125	2.075.323	2.186.348

Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	4	4	4
Total Assinaturas de Banda Larga Móvel	2.169.894	2.566.187	2.924.480

Televisão por Assinatura	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	13	13	11
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	2.528.419	2.774.648	2.976.891
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	644.597	670.438	699.020

⁽¹⁹⁾ O valor de 2011, estimado

⁽²⁰⁾ Até 2010 o indicador foi apurado à data de 31 de dezembro e em 2011 passou a ser obtido o número médio de trabalhadores

⁽²¹⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=3&id=4>

2.6 PORTUGAL

2.6.3 Análise global da atividade regulatória em Portugal — ICP-ANACOM 2011

Da análise dos Relatórios Anuais do ICP-ANACOM é possível verificar manterem-se, de 2010 para 2011, os mesmos cinco objetivos estratégicos a ter em conta:

1. Promover mercados abertos e concorrenciais
2. Garantir e proteger os direitos dos utilizadores e dos cidadãos em geral
3. Participar no desenvolvimento do mercado interno da União Europeia
4. Promover a cooperação institucional e técnica
5. Melhorar a eficiência e a capacidade de atuação do regulador

Transparecendo a preocupação de estreitamento entre os seus “Relatório de Regulação, Supervisão e Outras Atividades” e “Plano Estratégico 2011-2013” é possível ainda caracterizar globalmente a atividade regulatória do ICP-ANACOM em 2011, como segue:

1. Promover mercados abertos e concorrenciais

Destacam-se as ações desenvolvidas no âmbito das análises de mercados, das ofertas reguladas e dos sistemas de custeio.

1.1 Análises de mercados

Prosseguiram as análises de mercado relativas: (i) aos mercados grossistas de acesso (físico) à infraestrutura de rede num local fixo e de acesso em banda larga —

incluindo o acesso a novas redes de acesso (NRA); e, (ii) aos mercados grossistas de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais.

No que respeita aos mercados grossistas de acesso (físico) à infraestrutura de rede num local fixo e de acesso em banda larga, os trabalhos realizados em 2011 culminaram com a adoção de um sentido provável de decisão (SPD), já no início de 2012, o qual prevê, nomeadamente, a imposição da obrigação de acesso à rede de fibra ótica do Grupo PT, com exceção de alguns concelhos, onde se considerou estarem reunidas condições de concorrência.

Sobre a análise aos mercados grossistas de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais, cuja decisão final foi adotada já em 2012, destaca-se a imposição de uma redução gradual dos preços máximos de terminação até ao nível do custo incremental de um operador eficiente, a ser alcançado no final de 2012, em conformidade com a metodologia e o calendário preconizados na Recomendação das Terminações da Comissão Europeia.

1.2 Ofertas reguladas

Das várias ofertas grossistas reguladas são de destacar, durante 2011, as intervenções específicas desta Autoridade relativamente às seguintes:

- Oferta de Referência de Interligação (ORI)

Foi prosseguida a análise dos serviços que integram esta oferta, tendo o ICP ANACOM dado início ao projeto de consultoria sobre os preços do serviço de faturação,

2.6 PORTUGAL

cobrança e risco de não cobrança, do serviço de ativação da pré-seleção e do serviço de ativação da portabilidade do número, com vista ao desenvolvimento de um modelo de custeio simplificado para cada um destes serviços.

- Oferta de referência de acesso ao lacete local (**ORALL**)

Promoveu-se a análise e monitorização dos preços existentes nesta oferta, nomeadamente por comparação com os preços praticados noutros países europeus, não tendo sido considerado necessário adotar uma decisão específica sobre a matéria.

- Oferta de referência de circuitos alugados (**ORCA**) e oferta de referência de circuitos Ethernet (**ORCE**)

Foi adotado um SPD sobre as alterações à ORCA e à ORCE visando o estabelecimento de condições mais ajustadas às necessidades do mercado, nomeadamente a nível da redução de prazos máximos de fornecimento de circuitos alugados, da aplicação das compensações por incumprimento, da redução de preços, e de inclusão (na ORCE) de informação sobre parâmetros de qualidade de serviço.

- Oferta de referência de acesso a condutas (**ORAC**)

Foi promovida a implementação de uma nova versão do sistema de informação, visando uma melhor coordenação entre a PT Comunicações, S.A (PTC) e os beneficiários desta oferta, nomeadamente ao permitir a submissão direta de pedidos de instalação em zonas

onde se encontra disponível a informação sobre ocupação de condutas.

- Oferta de referência de acesso a postes (**ORAP**)

Da análise realizada durante 2011, o ICP ANACOM concluiu não haver razões para proceder a alterações à oferta, uma vez que, nomeadamente, o Grupo PT seguiu o entendimento desta Autoridade de que a ORAP deveria adotar os procedimentos já definidos na ORAC.

- Preços do serviço de teledifusão analógica

Foi aprovado um SPD visando uma redução substancial do tarifário aplicável em ordem a assegurar o respeito do princípio da orientação para os custos.

1.3 Sistemas de custeio

Em matéria de sistemas de custeio são de assinalar as decisões adotadas por esta Autoridade sobre:

- Fixação da taxa de custo de capital da PTC para os anos 2010 e 2011 tendo a mesma sido revista em alta, motivada pela alteração material e não antecipada dos parâmetros relativos à taxa de juro sem risco e ao valor da taxa de imposto;

- Modelo de custeio para o serviço de terminação de chamadas de voz em redes de comunicações móveis individuais, tendo-se concluído o seu desenvolvimento e adotado os respetivos resultados como base para as reduções graduais aplicáveis a 2012;

2.6 PORTUGAL

- SCA dos CTT — Correios de Portugal, S.A. (CTT), tendo sido lançado o concurso público com vista à adjudicação das auditorias aos resultados para os exercícios do triénio 2009-2011.

2. Garantir e proteger os direitos dos utilizadores e dos cidadãos em geral (Objetivo 2)

No que respeita à proteção dos direitos dos utilizadores e dos cidadãos em geral, o destaque vai para as ações desenvolvidas pelo ICP-ANACOM no quadro de medidas específicas de proteção dos utilizadores, designadamente na definição das condições e procedimentos para fazer cessar os contratos de oferta de redes ou de serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público por iniciativa do assinante; bem como as alterações introduzidas no objeto e forma de disponibilização de informação sobre as condições de oferta e utilização de serviços, além de se ter feito o acompanhamento do cumprimento das obrigações em matéria de portabilidade. De relevar ainda as ações que visam a garantia da prestação do serviço universal (SU) das comunicações eletrónicas e dos serviços postais.

2.1. Proteção dos utilizadores

- **Alteração da deliberação relativa ao objeto e forma de disponibilização ao público das condições de oferta e de utilização de serviços de comunicações eletrónicas.**

Foram aprovadas, na sequência de procedimento geral de consulta, um conjunto de alterações à deliberação do ICP-ANACOM, de 21 de abril de 2006, relativa

ao objeto e forma de disponibilização ao público das condições de oferta e de utilização de serviços de comunicações eletrónicas.

A entrada em vigor das alterações promovidas à Lei das Comunicações Eletrónicas — Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro (LCE), e a experiência recolhida durante 5 anos de vigência da deliberação, relativa ao objeto e forma de disponibilização ao público das condições de oferta e de utilização de serviços de comunicações eletrónicas, justificaram a necessidade de adaptação daquela deliberação de modo a adequá-la às características atuais daquelas ofertas, garantindo uma efetiva e transparente informação sobre as mesmas, assegurando a proteção dos direitos e interesses dos utilizadores finais e, em particular, dos consumidores⁽²²⁾.

- **Procedimentos exigíveis para a cessação de contratos, por iniciativa dos assinantes, relativos à oferta de redes públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público**

Através do acompanhamento que vem fazendo da oferta de redes de comunicações públicas e de serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, o ICP ANACOM constatou que, na sequência dos vários processos previstos por cada empresa para a rescisão dos contratos, os utilizadores finais não retiram o máximo benefício das possibilidades de escolha contidas nas várias ofertas que são colocadas ao seu dispor.

Considerando que nos termos do artigo 48.º, n.º 5, as empresas não devem estabelecer condições contratuais desproporcionadas ou procedimentos de resolução de

⁽²²⁾ Deliberação acessível em <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1100354>

2.6 PORTUGAL

contratos excessivamente onerosos e desincentivadores da mudança de prestador, o ICP ANACOM decidiu intervir, aprovando e submetendo a procedimento geral de consulta, um SPD destinado a definir as condições e os procedimentos formais adequados para a cessação de contratos de oferta de redes de comunicações públicas ou prestação de serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público por iniciativa do assinante⁽²³⁾.

2.2. Portabilidade

A nível da proteção dos utilizadores, quanto à portabilidade, releva-se que foram desenvolvidas várias ações em termos da monitorização do cumprimento das obrigações aplicáveis às empresas prestadoras, nomeadamente ao nível da transparência tarifária (ex: recolha de informação sobre os procedimentos para desativação/reativação de anúncio colocado em linha que, nas comunicações móvel-móvel, identifica a rede de destino, monitorização da divulgação dos preços de portabilidade e dos serviços informativos de preços de chamadas para números portados).

É ainda de referir que, nos finais de 2011, foi aprovado um projeto de regulamento de alteração ao regulamento da portabilidade, visando, nomeadamente, a aplicação de um prazo máximo de um dia útil para a transferência efetiva do número para um novo operador, tendo sido já em 2012 publicado o novo Regulamento (regulamento n.º 114/2012 de 13 de março).

2.3. SU das comunicações eletrónicas

Em 2011, a intervenção regulatória do ICP ANACOM em matéria de SU das comunicações eletrónicas

decorreu ao nível dos seguintes assuntos: (i) acompanhamento dos parâmetros e níveis de qualidade de serviço do SU, (ii) análise da estratégia do Prestador do Serviço Universal (PSU) para os postos públicos, (iii) verificação do cumprimento das condições definidas relativamente à acessibilidade de preços, (iv) processo de cálculo dos custos líquidos do SU (CLSU) e conceito de encargo excessivo, e (v) reflexão e coadjuvação ao Governo no processo de designação de PSU e mecanismos de financiamento do SU.

Em termos concretos, a ação regulatória desenvolvida teve, como principais efeitos nas matérias acima referidas:

- Verificação do cumprimento dos objetivos de desempenho aplicáveis aos parâmetros de qualidade de serviço do SU;
- Manutenção da acessibilidade de preços ao público em geral através da aplicação de um preço-limite;
- Aprovação da metodologia de cálculo dos CLSU, na sequência da qual a PTC remeteu o cálculo preliminar relativo aos CLSU de 2007 a 2010, que serão submetidos a auditoria por entidade independente;
- Aprovação do conceito de encargo excessivo, tendo-se determinado que, à luz do critério estabelecido, a prestação do SU de 2001 a 2006 não constituiu um encargo excessivo para o PSU;
- Aprovação de um parecer relativo ao mecanismo de compensação dos CLSU baseado na constituição de um fundo de compensação que abrange todas as empresas que geram receita associadas a redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações

⁽²³⁾ Deliberação acessível em <http://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=343580>

2.6 PORTUGAL

eletrónicas acessíveis ao público com um volume de negócios igual ou superior a um determinado limiar;

- Lançamento de uma consulta pública sobre o futuro desenvolvimento no âmbito do SU do parque de postos públicos no país;
- Lançamento da consulta pública pelo Governo, em articulação com o ICP ANACOM, sobre o processo de designação do(s) prestador(es) do SU de comunicações eletrónicas, que incorporou já nos respetivos cadernos de encargos as condições de oferta a fixar pelo ICP ANACOM no quadro das suas competências.

2.4. SU dos serviços postais

No decurso de 2011, no quadro das suas competências, o ICP ANACOM procedeu à monitorização dos preços e níveis de qualidade de serviço do SU dos serviços postais, visando o cumprimento pelo PSU das obrigações que por si impendem e assim garantir ao consumidor final o acesso a serviços postais nas condições exigidas, com preços que comparem bem com as práticas europeias. Foi igualmente monitorizada a evolução da rede postal e a sua fundamentação por parte dos CTT.

3. Promover mercados abertos e concorrenciais / Garantir e proteger os direitos dos utilizadores e dos cidadãos em geral — Gestão de recursos escassos e televisão digital terrestre (Objetivos 1 e 2)

3.1. Gestão do espectro radioelétrico

Promover a existência de mercados abertos e concorrenciais e garantir e proteger os direitos dos

utilizadores e dos cidadãos em geral são os dois eixos que norteiam a atuação do ICP-ANACOM em matéria de gestão do espectro.

Considerando os princípios da neutralidade de serviços e de tecnologia, o ICP ANACOM tem pautado a sua ação pela atribuição atempada de espectro radioelétrico, com base em procedimentos transparentes, eficientes e orientados para o mercado.

Em 2011 são de destacar as seguintes grandes áreas de intervenção estratégica do ICP ANACOM em matéria de gestão do espectro radioelétrico:

- Revisão do Quadro Nacional de Atribuição de Frequências (QNAF) e o desenvolvimento de um portal de informação de frequências (e-QNAF), com disponibilização prevista para o primeiro semestre de 2012;
- Implementação da Decisão 2011/251/EU relativa à harmonização das faixas de frequências dos 900 MHz e 1 800 MHz para sistemas terrestres capazes de fornecer serviços pan-europeus de comunicações eletrónicas, complementando a implementação da Diretiva 2009/114/CE de 16 de setembro de 2009, no âmbito da oferta de serviços de banda larga móvel, o chamado refarming (reorganização);
- Atribuição de direitos de utilização de frequências nas faixas dos 450 MHz, 800 MHz, 900 MHz, 1 800 MHz, 2,1 GHz e 2,6 GHz para a prestação de serviços de comunicações eletrónicas cujas regras foram estabelecidas no Regulamento n.º 560-A/2011, de 19 de outubro, do ICP-ANACOM;
- Preparação nacional para a Conferência Mundial das Radiocomunicações (WRC-12), a qual incluiu a discussão dos vários pontos da agenda da Conferência

2.6 PORTUGAL

em grupos com entidades nacionais e respetiva formulação da posição nacional;

- Decisão sobre o regime de autorização aplicável aos sistemas do serviço móvel por satélite (MSS) na faixa dos 2 GHz em território nacional.

3.2. Numeração

Em matéria de numeração há a destacar em 2011 o facto de continuarem a reduzir-se os números atribuídos a nível nacional, o que resulta das taxas introduzidas em 2009, que levaram muitas empresas a devolverem recursos de numeração que não utilizavam, bem como à fusão e extinção de empresas.

Por outro lado, é de salientar que estão em fase final os testes relativos à introdução em produção da Solução de Gestão e Numeração, que permitirá ao ICP-ANACOM uma gestão melhorada de todos os recursos de numeração do PNN.

3.3. TDT (Televisão Digital Terrestre)

Com o desligamento do sinal analógico de televisão e a passagem para a TDT, entre 12 de janeiro e 26 de abril de 2012, e porque esta envolve uma maior eficiência de utilização do espectro radioelétrico, fica liberto espectro que poderá ser utilizado para outros fins. Efetivamente a televisão analógica ocupava 49 canais radioelétricos, enquanto a televisão digital ocupa apenas um, o canal 56, pelo que há libertação de um elevado número de canais.

Uma pequena parte dos canais libertos, nove, foi já atribuída à prestação de serviços de comunicações eletrónicas, tendo sido disponibilizados no âmbito do

leilão multifaixa realizado pelo ICP ANACOM, para a prestação de serviços de 4G. Os restantes 38 canais estão livres, podendo vir a ser alocados à prestação de serviços de teledifusão.

4. Participar no desenvolvimento do mercado interno da UE (Objetivo 3)

O ICP ANACOM pretende melhorar a sua participação no Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE) e nos diversos fora europeus, tendo em conta a criação do mercado interno da UE e o seu interesse em ser parte ativa nesse processo. Com esse objetivo reforçou a coordenação interna do ICP-ANACOM face às responsabilidades acrescidas que foram introduzidas com o novo quadro regulamentar para as comunicações eletrónicas, nomeadamente com a criação do ORECE. Este organismo assume um papel cada vez mais importante na harmonização das práticas regulatórias a nível da UE e, em muitos casos, decisivo para as práticas regulatórias que devem ser prosseguidas a nível interno.

O ICP-ANACOM tem um contributo a dar para o desenvolvimento do mercado interno, entendido este como fruto de uma visão comum das 27 autoridades reguladoras nacionais (ARN) que compõem o ORECE, e não como resultado de modelos estranhos à regulação nacional e, eventualmente, contraproducentes face a outros objetivos prosseguidos também pelo ICP-ANACOM, como a promoção da concorrência e a defesa dos direitos dos cidadãos.

O ORECE constituiu-se como um centro de excelência da regulação do setor, para o qual esta Autoridade

tem todo o interesse em dar uma contribuição ativa, ao mesmo tempo que de lá retira benefícios em termos de uma maior qualidade da regulação produzida internamente.

Em 2011, esta Autoridade participou em todas as reuniões do ORECE, bem como nas reuniões preparatórias que as antecederam, e em todos os grupos de trabalho.

Esta participação ativa implica uma importante coordenação interna, que envolve um conjunto de regras para partilha de informação, formação e defesa de posições e participação em reuniões, que se apoia num eixo horizontal, de coordenação entre as diferentes unidades orgânicas do ICP-ANACOM, e num eixo vertical, que assegura a coerência das posições e uma eficaz defesa das mesmas, desde os grupos de trabalho até às reuniões do Conselho de Diretores do ORECE.

A participação no ORECE e nos fora europeus é essencial em várias vertentes, nomeadamente no que respeita: (i) à defesa dos interesses e opções de regulação nacionais; (ii) ao reconhecimento da qualidade de trabalho e práticas regulatórias do ICP ANACOM; (iii) à obtenção e ao aprofundamento de conhecimento técnico nas várias matérias; (iv) à garantia da defesa de princípios de sã concorrência e de defesa dos interesses dos consumidores.

5. Promover a cooperação institucional e técnica (Objetivo 4)

No âmbito das atividades de cooperação, o ICP-ANACOM promove e divulga as práticas regulatórias adotadas em Portugal, procedendo ainda a uma importante troca de experiências com outras entidades, ao mesmo

tempo que acede a informação e conhecimento, aumentando assim o seu Conhecimento.

6. Melhorar a eficiência e a capacidade de atuação do regulador (Objetivo 5)

Com vista à prossecução deste objetivo, são de relevar diversas ações desenvolvidas em 2011, nomeadamente na área da supervisão. O ICP-ANACOM leva a cabo uma importante atividade de supervisão. Importante porque contribui para a prossecução de vários objetivos desta Autoridade, sendo transversal; e porque é através desta atividade que o regulador procura garantir que o quadro regulamentar aplicável às comunicações eletrónicas e serviços postais e as deliberações desta Autoridade são cumpridos, o que por sua vez assegura condições de sã concorrência e respeito pelos direitos dos consumidores e dos cidadãos em geral.

Dentro da atividade de supervisão é de relevar o trabalho desenvolvido pelo ICP-ANACOM no que respeita: (i) ao acompanhamento do mercado, realizando diversos estudos e analisando as reclamações recebidas; (ii) aos procedimentos de fiscalização, que envolvem a monitorização e controlo do espectro, as comunicações eletrónicas, a televisão digital terrestre, os serviços postais, as infraestruturas de edifícios, os equipamentos e as atividades laboratoriais; (iii) ao sancionamento das infrações, que levou à instauração de 642 processos de contraordenação durante o ano; e (iv) à resolução de conflitos entre operadores/prestadores.

Relativamente ao acompanhamento do mercado, o regulador pretende, de forma pró-ativa, dotar-se dos instrumentos que lhe permitam dispor de elevados níveis

2.6 PORTUGAL

de informação e conhecimento especializado, de modo a tomar decisões que lhe possibilitem prosseguir a ação regulatória de forma rigorosa e fundamentada. Neste sentido são de referir, por exemplo, estudos elaborados ou promovidos pelo ICP-ANACOM, sobre o setor postal, na área das NRA e a nível das ofertas de serviços de comunicações eletrónicas em pacotes de serviços, bem como os relatórios de acompanhamento da transição para a televisão digital.

Em sede de fiscalização, o ICP-ANACOM verifica indícios de irregularidades existentes e encaminha os processos para contencioso, com vista à instauração de processos de contraordenação. Na sua atividade de supervisão, o ICP-ANACOM monitoriza o setor, o comportamento

dos operadores e a sua atividade, além de realizar anualmente diversos estudos. Desta forma dota-se de informação essencial à tomada de decisão regulatória, reforçando a eficiência da sua atuação. Ao nível da eficiência do regulador há ainda a considerar as medidas levadas a cabo na área da gestão dos seus colaboradores, promovendo uma equipa de trabalho coesa, fortemente motivada e com elevadas competências e acima de tudo sensibilizada para o papel e missão do Regulador nas várias vertentes de ação.

A este nível, são ainda desenvolvidas ferramentas/aplicações tecnológicas para tornarem mais céleres os procedimentos internos e os que envolvam a relação com outros agentes do setor.



2.7.1 Mercado das Comunicações

O mercado das comunicações de São Tomé e Príncipe é regulado pela Autoridade Geral de Regulação — AGER. Esta autoridade encontra-se sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, Infraestruturas, Transportes e Comunicações, usufruindo de autonomia técnica, financeira, administrativa e patrimonial.

A AGER no exercício das suas funções é responsável pela regulação e fiscalização técnica e económica dos setores das comunicações, água e energia.

Os órgãos da AGER são três: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo.

O Conselho de Administração é constituído por um presidente e dois ou quatro vogais — caso em que deve ser nomeado um vice-presidente, sendo os seus Membros nomeados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do ministro da tutela, por um período de cinco anos renováveis, estando sujeitos a um regime de incompatibilidades específico.

Cabendo ao Conselho de Administração definir e acompanhar a estratégia de atuação da AGER, o Conselho de Administração mandatado até 2012 é constituído pelo Presidente, Orlando Fernandes e, pelos vogais, José d'Alva e Deolindo Boa Esperança.

Tratando-se de um mercado bastante pequeno, com apenas cerca de 163 mil habitantes, existe apenas um operador de telecomunicações em situação monopólio, a Companhia Santomense de Telecomunicações (CST).



Após um crescimento de 60%, em 2009, o mercado de telefones móveis de STP cresceu 25%, em 2010, registando um total de 102.730 assinantes de serviços móveis, que correspondem a uma taxa de penetração no mercado de 60%.

Uma das maiores condicionantes ao crescimento das comunicações em São Tomé é o facto de todas as comunicações exteriores estarem dependentes da ligação por satélite.

Contudo, está prevista a amarração de um cabo submarino que unirá São Tomé à costa ocidental da África e à Europa, em 2012, o que irá por um lado, melhorar consideravelmente as telecomunicações do país e por outro diminuir os custos de terminação, potenciando o aparecimento de novos operadores, refletindo-se no aumento da competitividade da economia de São Tomé e Príncipe e da fiabilidade das comunicações internacionais.

A CST anunciou a assinatura de contratos em Junho de 2010 no montante de 25 milhões de USD. O projeto será cofinanciado pela CST, pelo Banco Mundial e pela Portugal Telecom. Quando o cabo estiver operacional, a CST planeia lançar serviços de comunicações de terceira geração.

2.7.2 - Informação Estatística sobre o Setor

Dados Socioeconómicos	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Área geográfica	1.001 Km²		
População	160.821	163.795	166.568
Proveitos do Setor	€11.750.653	€13.781.502	€12.485.986
Investimento do Setor	€2.133.544	€7.608.160	€8.285.931
Emprego direto do Setor	78	82	87

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1	1	1
Assinaturas de Serviço Telefónico Fixo	7.694	7.804	7.960

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1	1	1
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	80.829	102.730	115.038
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	80.464	102.286	114.635
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	n.d.	n.d.	n.d.

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1	1	1
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	3.327	3.493	929 ⁽²⁴⁾
Utilizadores de Internet (%) ⁽²⁵⁾	16,41%	18,75%	20,2%
Servidores de Internet seguros ⁽²⁶⁾	2	3	3

Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1	1	1
Total Assinaturas de Banda Larga Fixa	443	565	707

Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Total Assinaturas de Banda Larga Móvel	n.d.	n.d.	n.d.

Televisão por Assinatura	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1	1	1
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

⁽²⁴⁾ Por confirmar

⁽²⁵⁾ Informação UIT disponível em <http://www.broadbandcommission.org/Documents/bb-annualreport2012.pdf>

⁽²⁶⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=3&id=4>

2.7 SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2.7.3 Principais Medidas Regulamentares em São Tomé e Príncipe — Autoridade Geral de Regulação — AGER 2011

- Setor de eletricidade: apresentaram ao Governo anteprojeto lei base com contribuição do Banco Mundial;
- Complementarização de normas ligadas ao setor das telecomunicações; Apresentaram decreto sobre tabela nacional de quadro de frequências;
- Apresentaram ao governo projeto de regulamento de certificação e homologação de equipamentos;
- Lei base de telecomunicações — identificados problemas quanto ao comércio eletrónico;

- Programa Anual de Cooperação com a ANACOM — apoio na elaboração do documento sobre comércio eletrónico;
- Serviço de Política Universal;
- Regulamento sobre uso partilhado de infraestruturas;
- Regulamento para emissão de licença de 3G (com a colaboração do BM) — em curso;
- Atual operadora quer fazer migração para 3G — também em curso;
- Adesão ao Cabo Submarino.





2.8.1 Mercado das Comunicações

Timor-Leste aderiu à UIT em agosto de 2010. O setor das Comunicações em Timor Leste é regulado pela Autoridade Reguladora Nacional das Comunicações — ARCOM, a qual se encontra sob a tutela do Ministério das Infraestruturas dos Transportes e Comunicações, havendo no entanto expetativas de remodelação desta estrutura em 2012.

No que diz respeito às telecomunicações, tem-se registado uma procura superior à esperada na altura da criação da Autoridade Reguladora. Embora atualmente em negociação com o operador para a transição para o novo regime de telecomunicações, vigora ainda o contrato de concessão à Timor Telecom válido até 2017, (mas revogado em 2012), razão pela qual o país se encontrava em 2011 com apenas um operador de telecomunicações.

Em julho de 2011 ano foi lançado um plano nacional de infraestruturas do qual se realça a construção de um anel de fibra ótica do estado, que está a ser



construído a par com a rede elétrica nacional (utilizando as infraestruturas elétricas) prevendo-se a sua conclusão para 2015.

[Mantém-se a informação relativa à realidade da ARCOM em 2011 — incluindo o respetivo logotipo, sendo que em 2012 esta Autoridade foi remodelada em toda a sua estrutura, seus quadros e seus objetivos num quadro de mercado competitivo, conforme Decreto-Lei n.º 15/2012 de 28 de março, sendo a sua denominação atual Autoridade Nacional de Comunicações – ANC]

2.8.2 - Informação Estatística sobre o Setor

Dados Socioeconómicos	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Área geográfica	15.007 Km²		
População	1.110.071	1.142.502	1.175.880
Proveitos do Setor	€36.783.200	€42.788.600	€51.046.100
Investimento do Setor	n.d.	n.d.	n.d.
Emprego direto do Setor	202	n.d.	n.d.

Serviço Telefónico Fixo	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	1	1	1
Assinaturas de Serviço Telefónico Fixo	2907	2907	3054

Serviço Telefónico Móvel	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel (pré-pago + pós-pago)	350.891	473.020	602.481
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel: pré-pago	347.654	99%	n.d.
Assinaturas de Serviço Telefónico Móvel com acesso a transmissão de dados a velocidades de banda larga	n.d.	4.456	n.d.

Serviço de Acesso à Internet	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Assinaturas de Internet Fixa (com fio)	n.d.	n.d.	n.d.
Utilizadores de Internet (%) ⁽³⁰⁾	0,2%	0,2%	0,9%
Servidores de Internet seguros ⁽³¹⁾	n.d.	1	3

Internet de Banda Larga Fixa (com fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Total Assinaturas de Banda Larga Fixa	471	500	550

Internet de Banda Larga Móvel (sem fio)	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Total Assinaturas de Banda Larga Móvel	n.d.	n.d.	n.d.

Televisão por Assinatura	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Empresas Licenciadas	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de TV multicanal terrestre	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Assinaturas de Televisão por Satélite	n.d.	n.d.	n.d.

⁽³⁰⁾ Informação UIT disponível em <http://www.broadbandcommission.org/Documents/bb-annualreport2012.pdf>

⁽³¹⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=3&id=4>

Análise e comparação da evolução do Setor das Comunicações na CPLP em 2011

Com o intuito de tornar a leitura do utilizador mais completa, junta-se, nesta edição do Anuário 2011, mais algumas leituras de dados e gráficos comparativos, nomeadamente de enquadramento socioeconómico adicionalmente às Estatísticas do Setor já apresentadas por país.

Gráfico 1 - População

Fonte: Banco Mundial

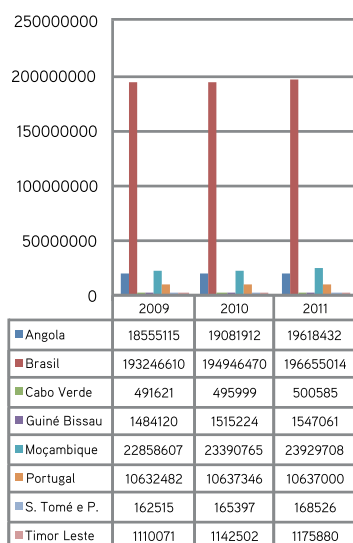


Gráfico 2 - PIB per capita (€)

Fonte: Banco Mundial

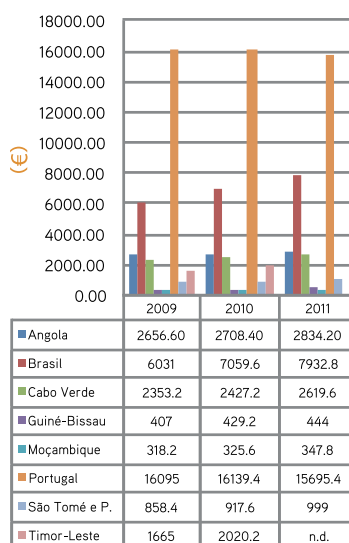
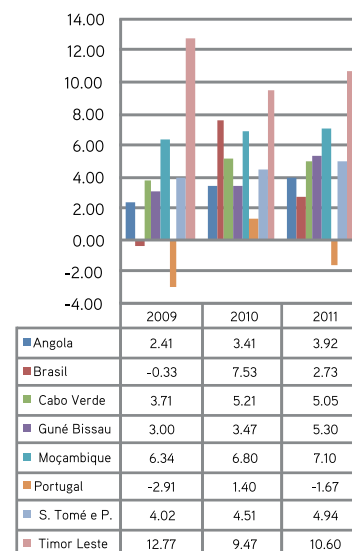


Gráfico 3 - Crescimento do Produto Nacional Bruto (€)

Fonte: Banco Mundial



Assim, no Gráfico 1⁽³²⁾, respeitante à população, evidencia-se a dimensão do Brasil, assimetria que se dilui no Gráfico 2⁽³³⁾ referente ao crescimento do Produto Interno Bruto *per capita*. Ainda quanto a dados económicos, é possível observar no Gráfico 3⁽³⁴⁾, que apresenta o crescimento do Produto Nacional Bruto, a agitação económica dos últimos anos, com evidência para a crise em Portugal, flutuações no Brasil, em Cabo Verde e Timor-Leste, e, tendência para o crescimento nos demais.

⁽³²⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://search.worldbank.org/data?qterm=population&language=EN>

⁽³³⁾ Informação Banco Mundial disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD>

⁽³⁴⁾ Informação Banco Mundial disponível em http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=2&id=4&hActiveDimensionId=WDL_Series

Gráfico 4 - Peso (%) das TIC na Balança de Pagamentos - sem Software

Fonte: Banco Mundial



Gráfico 5 - Peso (%) das TIC nas Exportações de Serviços

Fonte: Fundo Monetário Internacional

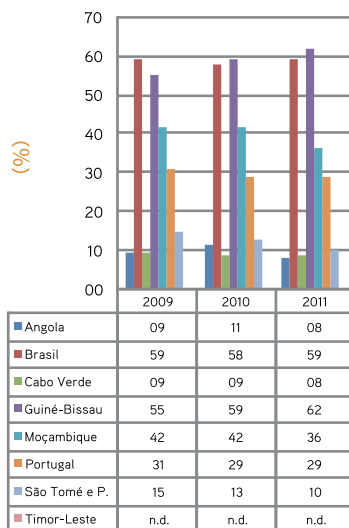
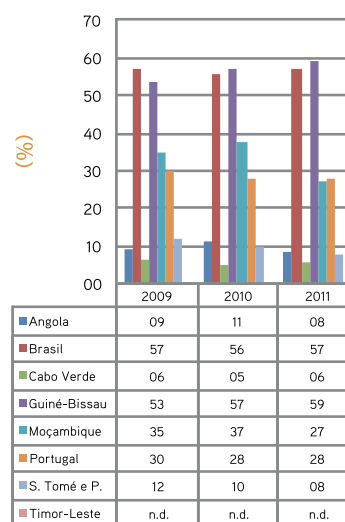


Gráfico 6 - Peso (%) das TIC nas Exportações Comerciais de Serviços

Fonte: Banco Mundial



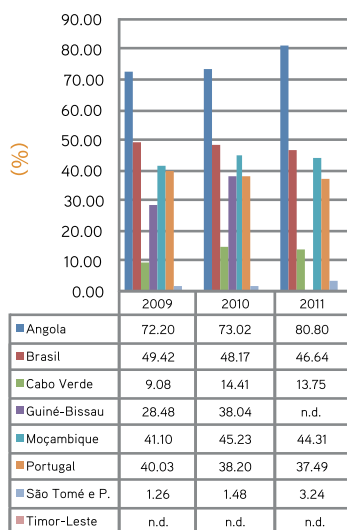
No Gráfico 4⁽³⁵⁾, com dados apenas disponíveis para Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal, reflete-se o peso das TIC em termos da Balança de Pagamentos dos respetivos países, os quais apresentam saldos positivos demonstrando uma maior tendência para a exportação de conhecimento.

No Gráfico 5⁽³⁶⁾ apresenta-se o peso do Setor na vertente de Exportação de Serviços: sem dados referentes a Timor-Leste. Observa-se que na Guiné-Bissau as TIC têm vindo a crescer significativamente a par do Brasil, Moçambique e Portugal, países onde se verificam os contributos mais significativos para a respectiva economia.

No Gráfico 6⁽³⁷⁾, com valores muito semelhantes aos do Gráfico 5, é refletido o peso específico dos serviços de telecomunicações e correios nas exportações, pouco variando o peso relativo entre países. Sublinha-se que este índice baixou para todos os países à exceção de Angola.

⁽³⁵⁾ ⁽³⁶⁾ ⁽³⁷⁾ Informação Banco Mundial disponível em http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=2&id=4&hActiveDimensionId=WDI_Series

Gráfico 7 - Peso (%) das TIC nas Importações Comerciais de Serviços
Fonte: Banco Mundial



Quadro 1 - Proveitos do Setor (€)
Fonte: ARCTEL

	2009	2010	2011
Timor-Leste	36,783,200	42,788,600	51,046,100
São Tomé e P.	11,750,653	13,781,502	12,485,986
Portugal	7,571,848,000	7,600,363,000	7,100,000,000
Moçambique	292,386	369,822	150,767
Guiné-Bissau	44,009,370	49,549,850	59,459,820
Cabo Verde	90,895,996	87,022,836	114,158,746
Brasil	1,078,300,000	n.d.	n.d.

No Gráfico 7⁽³⁸⁾, apresenta-se o peso específico das operações de telecomunicações e correios, nas importações.

Por comparação entre os Gráficos 6 e 7, realce para o Brasil, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe que mantém um peso maior das exportações, em relação às importações.

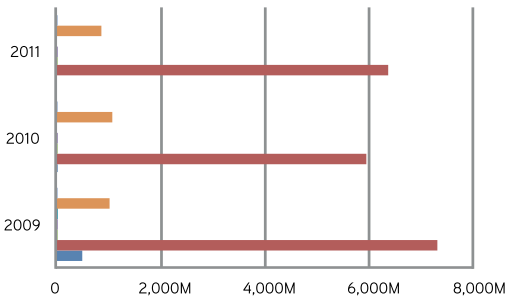
No Quadro 1, relativo aos Proveitos do Setor, a diversidade na recolha de dados não permite estabelecer termos de comparação — mas pelos números constata-se um crescimento contínuo para Timor-Leste e para a Guiné-Bissau. Os valores para o Brasil reportam a 2009.

⁽³⁸⁾ Informação Banco Mundial disponível em http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=2&id=4&hActiveDimensionId=WDI_Series

⁽³⁹⁾ Informação ARCTEL disponível em <http://www.arctel-cplp.org/estatisticas/>

Gráfico 8 - Investimento do Setor (€)

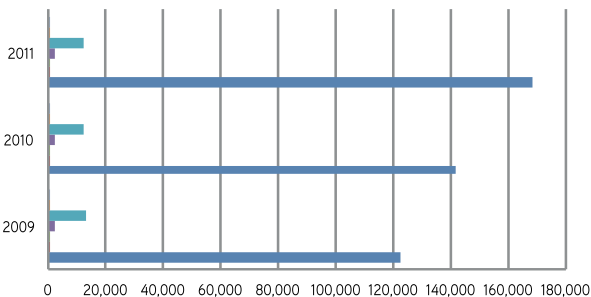
Fonte: ARCTEL



	2009	2010	2011
São Tomé e P.	2,133,544	7,608,160	8,285,931
Portugal	1,054,434,000	1,078,248,000	883,432,000
Moçambique	101,082	80.4	255.5
Guiné-Bissau	4,891,631	22,863,000	4,355,749
Cabo Verde	16,235,941	28,676,715	36,950,410
Brasil	7,311,630,000	5,940,960,000	6,384,760,000
Angola	520,264,000	63,536,300	n.d.

Gráfico 9 - Emprego Direto

Fonte: ARCTEL



	2009	2010	2011
Timor-Leste	202	202	202
São Tomé e P.	78	82	87
Portugal	12,744	12,678	12,540
Moçambique	2,491	2,456	2,510
Guiné-Bissau	412	412	412
Cabo Verde	525	595	640
Brasil	122,567	141,971	168,554

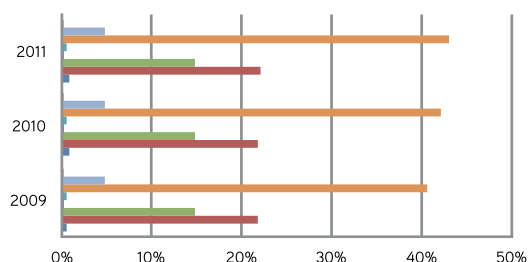
No Gráfico 8 não existem dados disponíveis para Timor-Leste e os dados de Angola são referentes a 2010 e 2011. Destaca-se o volume de investimento no Brasil, enquanto que em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe há um crescimento constante de investimento no período em análise. Para os restantes países verificam-se oscilações, evidenciando Portugal uma clara retração em 2011, fruto das condicionantes sistémicas.

No que respeita ao emprego direto do Gráfico 9⁽⁴⁰⁾, a dimensão do Brasil não permite evidenciar outras dinâmicas, mas pelos números, é acompanhado em alta por Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

⁽⁴⁰⁾ Informação ARCTEL disponível em <http://www.arctel-cplp.org/estatisticas/>

**Gráfico 10 - Assinaturas Serviço Telefónico Fixo
(% população)**

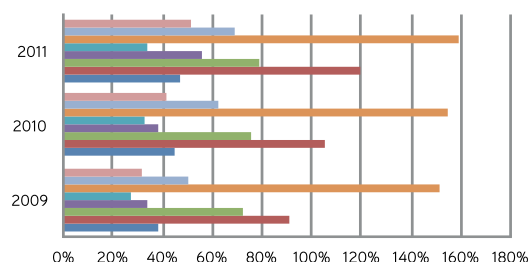
Fonte: ARCTEL



	2009	2010	2011
Timor-Leste	0,3%	0,3%	0,3%
São Tomé e P.	4,8%	4,8%	4,8%
Portugal	40,7%	42,1%	42,9%
Moçambique	0,4%	0,4%	0,4%
Guiné-Bissau	0,3%	0,3%	0,3%
Cabo Verde	14,8%	14,6%	14,9%
Brasil	21,6%	21,7%	22%
Angola	0,6%	0,7%	0,7%

**Gráfico 11 - Assinaturas Serviço Telefónico Móvel
(% população)**

Fonte: ARCTEL



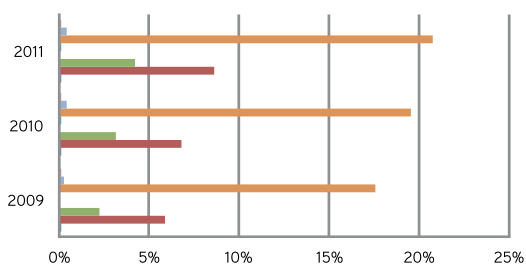
	2009	2010	2011
Timor-Leste	32%	41%	51%
São Tomé e P.	50%	63%	69%
Portugal	151%	155%	159%
Moçambique	27%	32%	34%
Guiné-Bissau	33%	38%	56%
Cabo Verde	72%	76%	79%
Brasil	91%	105%	120%
Angola	39%	45%	47%

Nos Gráficos 10 a 12, também alicerçados em estatísticas ARCTEL, ilustram-se as taxas de penetração dos serviços de telefone fixo, de telefone móvel e de internet de banda larga fixa (com fio).

Brasil, Cabo Verde e Portugal destacam-se pelo número de assinaturas do serviço telefónico fixo em relação ao total da população, acima dos 10% — com subidas mais assinaláveis para Portugal e Brasil.

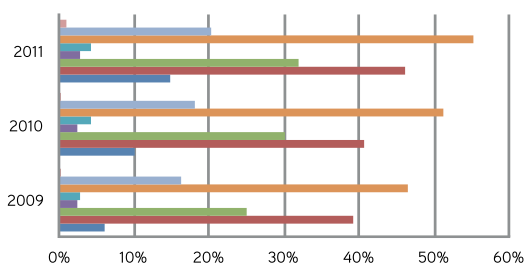
Para o Serviço telefónico móvel (pré-pago e pós-pago) apresenta-se uma distribuição francamente mais equilibrada, não havendo em 2011, um índice abaixo dos 30% de população sem telefone móvel, sendo que se em Portugal e no Brasil se ultrapassam os 100%, já em Angola e Moçambique não atingem os 50%.

**Gráfico 12 - Assinaturas Internet Banda Larga Fixa
(% população)**
Fonte: ARCTEL



	2009	2010	2011
Timor-leste	0%	0%	0%
São Tomé e P.	0,3%	0,3%	0,4%
Portugal	17,5%	19,5%	20,7%
Moçambique	0%	0,1%	0,1%
Guiné-Bissau	0%	0%	0%
Cabo Verde	2,3%	3,1%	4,3%
Brasil	5,9%	6,8%	8,6%
Angola	0,1%	0,1%	0,1%

**Gráfico 13 - Utilizadores de Internet
(% população)**
Fonte: UIT



	2009	2010	2011
Timor-Leste	0,2%	0,2%	0,9%
São Tomé e P.	16,4%	18,75%	20,2%
Portugal	46,6%	51,3%	55,3%
Moçambique	2,7%	4,2%	4,3%
Guiné-Bissau	2,3%	2,5%	2,7%
Cabo Verde	25%	30%	32%
Brasil	39,2%	40,7%	46%
Angola	6%	10%	14,8%

Nos indicadores da Taxa de Penetração do Serviço de Internet de Banda Larga Fixa (com fio), Brasil, Cabo Verde e Portugal, apresentam o crescimento mais assinalável.

Por último, no Gráfico 13⁽⁴¹⁾, apresenta-se a percentagem de utilizadores de Internet, por país — todos em crescimento.

⁽⁴¹⁾ Informação UIT disponível em <http://www.broadbandcommission.org/Documents/bb-annualreport2012.pdf>

ANGOLA

Operadoras de serviço telefónico fixo

Angola Telecom

Empresa Pública de Telecomunicações de Angola e provedora de telefonia fixa local, de longa distância e internacional.

Startel

Operadora de telecomunicações fixas com serviços de transmissão de dados de alta velocidade, acesso à Internet, serviços de VPN (rede de comunicações privada) e soluções VSAT (satélite).

ITELNET

Operadora de telefonia fixa.

MStelem

Operadora de rede de serviços fixos de telecomunicações.

Wezacom

Operadora de telefonia fixa

Operadoras de serviço telefónico móvel

Movicel

Presente no mercado angolano desde 2003 enquanto empresa de serviços de Telecomunicações Móveis. O seu serviço está disponível nos principais municípios das 18 províncias do país.

Unitel

Serviços móveis de voz e transmissão de dados.

Principais operadores de internet

MULTITEL

Angola Telecom

Startel

Movicel

Nexus

Netangola

SNET Angola

Netcabo

BRASIL

Empresas em Atividade no Setor das Telecomunicações

Operadoras de serviço telefônico fixo (Concessionárias)

CTBC TELECOM
EMBRATEL
OI
SERCOMTEL
TELESP (TELEFÔNICA)

Para lista completa de empresas autorizadas, favor
consultar: [http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPor-
talInternet.do](http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do)

Operadoras de serviço telefônico móvel

CLARO
VIVO
SERCOMTEL CELULAR
TIM
OI
TELEMIG CELULAR / AMAZÔNIA CELULAR
CTBC TELECOM

Principais operadores de internet

AMÉRICA MÓVIL
CTBC TELECOM
GVT TELECOM
EMBRATEL
NET
OI
TELEFÔNICA/VIVO

Para lista completa de empresas autorizadas, favor
consultar:

[http://sistemas.anatel.gov.br/stel/consultas/Lista-
PrestadorasServico/tela.asp?pNumServico=045](http://sistemas.anatel.gov.br/stel/consultas/Lista-PrestadorasServico/tela.asp?pNumServico=045)

CABO VERDE

Empresas em Atividade no Setor das Comunicações Eletrónicas

Operadoras de serviço telefónico fixo

CVTelecom

www.cvtelecom.cv

Cabo Verde Telecom

TLC

www.tlc.cv

Operadora VoiP Fixa e nómada

Operadoras de serviço telefónico móvel

CVMóvel

www.cvmovel.cv

Operadora de serviço móvel 2G e 3G

T+Telecomunicações

www.tmais.cv

Operadora de serviço móvel 2G e 3G

Principais operadores de internet

CVWiFi

www.cvwifi.net.cv

Sede na cidade do Mindelo. Prestação de serviço de internet sem fios utilizando uma rede Wi-Fi.

Opera apenas na ilha de São Vicente.

CABOCOM

Sede na Cidade de Santa Maria. Prestação de serviço de internet sem fios utilizando uma rede Wi-Fi.

Opera apenas na ilha do Sal.

CVMultimédia

www.cvmultimedia.cv

Sede na Cidade da Praia. Prestadora Nacional de serviço de internet através de ADSL e dial-up.

CVMovel

www.cvmovel.cv

Sede na cidade da Praia. Prestadora de Serviço de Internet de Banda Larga Móvel.

Tmais Telecomunicações SA

www.tmais.cv

Sede na cidade da Praia. Prestadora de Serviço de Internet de Banda Larga Móvel.

Prestadores de TV por assinatura

CVMultimédia

www.cvmultimedia.cv

Sede na Cidade da Praia. Prestadora Nacional de serviço de IPTV através de ADSL.

Boom Multimédia

Sede na cidade da Praia. Prestadora Nacional de serviço de TV por assinatura utilizando DVB-T codificado.

GUINÉ BISSAU

Empresas em Atividade no Setor das Comunicações Eletrônicas

Operadoras de serviço telefónico fixo

GUINÉ TELECOM

Exploração da rede básica de telecomunicação até 2014

Exclusividade de prestação de serviço telefónico até 2011

Operadoras de serviço telefónico móvel

As licenças para operação de redes e de prestação de serviço — SMCT-GSM foram atribuídas no âmbito de concursos públicos internacionais. O período de vigência da licença é de 10 anos.

ORANGE BISSAU SA

(janeiro 2007)

GUINETEL SA/GTM

(dezembro 2003)

SPACETEL GUINE-BISSAU/MTN

(junho 2004)

Principais operadores de internet

Wi-Fi, WiMax, GPRS e ligação por modem

Guiné Telecom

Eguitel Comunicações

Orange Bissau

Spacotel Guiné-Bissau

MOÇAMBIQUE

Empresas em Atividade no Setor das Comunicações Eletrónicas

Operadoras de serviço telefónico fixo

TDM

Telecomunicações de Moçambique

Operadoras de serviço telefónico móvel

VM

Vodacom Moçambique

Mcel

Moçambique Celular

Principais operadores de internet

TDM

Telecomunicações de Moçambique

VM

Vodacom Moçambique

INTRA Lda.

Mcel

Moçambique Celular

TvCabo

Teledata

Empresas em Atividade no Setor Postal

Correios de Moçambique

Johel Transexpress, Lda.

Dhl

Panthera Expresso, Lda.

Panthera Azul Lda.

Skynet

Nemada Express Lda.

Supaswift Mozambique Lda.

Sacon, Lda.

Edma, Lda.

Sam-Consultant & Services

Sereprel, Lda.

Rogers Ids Correio Internacional, Lda.

Space Courier, Lda.

Expresso Carga e Serviços, Lda.

Snea-Serviços e Correctores Lda.

Portador Diário

Vuna Express Lda.

Arservice-Afandy Ranchordás e Serviços

Tuva Express

Correio Expresso de Moçambique

O Karteiro

PORTUGAL

Empresas em Atividade no Setor Postal

A SUA PRESSA – Recolha, Entrega e Distribuição de Mercadorias, Unipessoal, Lda.

ABASTFROTA – Transportes, Lda.

ADICIONAL – Distribuição e Gestão Comercial, S.A. António Moreira Unipessoal, Lda.

ATLANTICOURIER – Transporte e Entrega de Documentos Unipessoal, Lda.

AUGUSTO JOSÉ CONCHA ENCARNADO, Sociedade Unipessoal, Lda.

BYALYK Service, Unipessoal, Lda.

CELERIS – Distribuição Postal, Lda.

CHRONOPOST PORTUGAL – Transporte Expresso Internacional, S.A.

CONSIGO PELO MUNDO Transporte e Entrega de Documentos, Unipessoal, Lda.

CTT – Correios de Portugal, S.A.

CTT EXPRESSO – Serviços Postais e Logística, S.A.

DHL EXPRESS PORTUGAL, Lda.

DOOR-TO-DOOR Distributors Group

E.R. – Encomendas Rápidas, Lda.

EXPRESSODÃO – Transporte de Mercadorias, Lda.

FEDERAL EXPRESS CORP. – Sucursal em Portugal

FELCOURIER – Distribuição de Encomendas Nacional e Internacional, Lda.

FOZPOST – Entrega e Recolha de Encomendas, Lda.

FRANCISCO & SILVINA – Transportes de Documentos e Encomendas, Lda.

GIGANTEXPRESS Unipessoal, Lda.

GLOBE LOGISTICS – Empresa de Courier, Logística e Transportes, Lda.

IBERCOURIER – Serviço de Transporte Urgente, Lda.

IBEROMAIL – Correio Internacional, S.A.

IBERPERÍMETRO, Lda.

JÁESTÁ – Tráfego e Serviços Logísticos, Lda.

JOSÉ MANUEL ARAÚJO SILVA – Serviço de Transporte Urgente, Unipessoal, Lda.

KY SUL – Courier Express, Unipessoal, Lda.

LEVADO À LETRA – Transportes e Serviços, Lda.

LINEXPRESS – Serviço Expresso, Lda.

LISESPO – Transportes, Lda.

LOGISTA – Transportes, Transit. e Pharma, Unip., Lda.

LORDTRANS – Transportes Urgentes, Lda.

MAILGLOBE – Transportes de Correio Urgente, Lda.

MEEST PORTUGAL – Unipessoal, Lda.

NOTÍCIAS DIRECT – Distribuição ao Domicílio, Lda.

NUNO ELBLING GOMES DA COSTA

OBIX EXPRESS – Serviço de Transportes, Unipessoal, Lda.

OVERSPEED – Transportes de Correio Expresso, Lda.

P.P. EXPRESSO – Transporte de Mercadorias, Lda.

PALMILHAR TRILHOS – Transportes, Unipessoal, Lda.

POLIENTREGA, Lda.

PORTOMAIL – Transporte de Documentos e Encomendas, Lda.

POST CONTACTO, Correio Publicitário, Lda.

PRINCEPS – Comércio por Grosso, Lda.

RANEXPRESS – Transportes Rodoviários de Mercadorias, Lda.

RANGEL EXPRESSO II, S.A.

RANGEL EXPRESSO, S.A.

S.D.I.M. – Sociedade de Distribuição de Imprensa da Madeira, Lda.

STARTJOB – Recolhas e Entregas, Unipessoal, Lda.

TNT EXPRESS WORLDWIDE (PORTUGAL) – Transitários, Transportes e Serviços Complementares, S.A.

**4.1 LISTA DE OPERADORES
EM ATIVIDADE**

TORRESTIR INTERNATIONAL COURIER, Lda.
TRANSALCAINÇA – Transportes, Unipessoal, Lda.
TRANSPORTES ANTÓNIO GARCIA & CÉSAR, Lda.
TRANSPORTES OCHOA, S.A.
TRANSWORLD EXPRESS – Correio Expresso, Lda.
UPS OF PORTUGAL – Transportes Internacionais de Mercadorias, Lda.
URBANOS – Distribuição Expresso, Lda.
VASP PREMIUM – Entrega Personalizada de Publicações, Lda.
VASTA SELECÇÃO – Comércio e Serviços, Lda.
VIANICLE UNIPESSOAL, Lda.

**Empresas em Atividade no Setor das
Comunicações Eletrónicas**

Amazing Life, Unipessoal, Lda.
AR Telecom - Acessos e Redes de Telecom., S.A.
AT&T – Serviços de Telecomunicações, Soc. Unip., Lda.
ATENA T, S.A.
BELGACOM INTERNATIONAL CARRIER SERVICES (Portugal), S.A.
BLOOMBERG FINANCE L.P.
BLOOMBERG L.P.
BT PORTUGAL – Telecomunicações, Unip., Lda.
CABLE & WIRELESS, S.L. (Sucursal em Portugal)
CABOVISÃO – Televisão por Cabo, S.A.
CGEST, S.A.
CHOUDHARY – Comércio de Equipamentos de Telecomunicações, Lda.
CLARA.NET PORTUGAL – Telecomunicações, S.A.
COGENT COMMUNICATIONS PORTUGAL, LDA.
COLT TECHNOLOGY SERVICES, Unipessoal, Lda.
COMPANHIA I.B.M. PORTUGUESA S.A.

COMSAT – Serviços de Satélite, Lda.
CTT – Correios de Portugal, S.A.
CYCLOP NET – Informática e Telecomunicações, Lda.
EASYTALK COMUNICACIONES, S.L.
EMACOM – Telecomunicações da Madeira, Unip., Lda.
ENTRÓNICA – Serviços na Área de Telecom., Lda.
EQUANT PORTUGAL, S.A. (ORANGE)
ESPECIAL ABRAÇO, Unipessoal, Lda.
FLASHAD – Electrónica e Comunicações, Unip., Lda.
FLEXIMÉDIA – Serviços e Meios de Informação e Comunicação, Lda.
G9 SA – Telecomunicações, S.A.
GLOBAL CROSSING PEC ESPAÑA, S.A.
GOWIRELESS – Comércio de Equipamento de Telecomunicações, Unip., Lda.
HSIA HOSPITALITY SERVICES PORTUGAL – Serviços de Internet, S.A.
INDRA – Sistemas Portugal, S.A.
INFONET PORTUGAL – Serviços de Valor Acrescentado, Lda.
INTERDIRECT TEL LIMITED
IPS – International Prepay Solution AG
IRIDIUM ITALIA SRL
IV RESPONSE LIMITED
KPN Eurorings B.V.
LUCKYPRICE, Lda.
MANUEL SOARES & PEREIRA, Lda.
MINHOCOM, Gestão de Infra-estruturas de Telecom., EIM
MINUT MIX – Comunicações, Lda.
MOBIZAPP – Comunicações Electrónicas, S.A.
MONEYCALL – Serviços de Telecomunicações, Lda.
NACACOMUNIK – Serviços de Telecomunicações, Lda.
NFSI Telecom, Lda.

4. ANEXOS

4.1 LISTA DE OPERADORES EM ATIVIDADE

NORTENET – Sistemas de Comunicação, S.A.
ONAIR N.V., Lda.
ONITELECOM – Infocomunicações, S.A.
OPTIMUS – Comunicações, S.A.
PALCO DA VIDA – Telecomunicações Unip., Lda.
PINKHAIR – Unipessoal, Lda.
PT COMUNICAÇÕES, S.A.
PT PRIME – Soluções Empresariais de Telecom. e
 Sistemas, S.A.
REFER TELECOM – Serviços de Telecom., S.A.
RENTELECOM – Comunicações, S.A.
REPART – Sistemas de Comunicação de Recursos
 Partilhados, S.A.
SAPHETY LEVEL – Trusted Services, S.A.
SEMCABO – Soluções em Redes Informáticas, Lda.
SIPTELNET – Soluções Digitais, Unipessoal, Lda.
SMART SOLUTIONS – Formação Profissional e
 Consultoria Unip., Lda.
STV – Soc. de Telecomun. do Vale do Sousa, S.A.
T.M.I. – Telemedia Intern., Limited – Sucursal Portugal
TATA Communications (Portugal) – Instalação e
 Manutenção de Redes, Lda. VSNL)

TELEMO COMUNICACIONES, S.L.
TELVENT Portugal, S.A.
THOMSON REUTERS (MARKETS) EUROPE, S.A. –
 Sucursal em Portugal
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
T-SYSTEMS ITC IBERIA, S.A. (Sociedade Unip.) –
 Sucursal em Portugal
ULTRASERVE – Consultoria e Apoio Empresarial, Lda.
UNITELDATA – Telecomunicações, S.A.
VALICOM, Gestão de Infra-estruturas de Telecom., EIM
VERIZON PORTUGAL – Sociedade Unipessoal, Lda.
VODAFONE PORTUGAL – Comunic. Pessoais, S.A.
VOIPUNIFY TELECOM, Lda.
WISEVECTOR – Telecomunicações, Lda.
WORLDBROKER TELECOMUNICAÇÕES – Soc. de
 Telecomunicações e Multimédia, Lda. (World Telecom)
WTS – Redes e Serviços de Telecomunicações, S.A.
YMAZYM – Serviços de Telecomunicações Lda.
 (Zona Franca da Madeira)
ZON TV Cabo Açoreana, S.A.
ZON TV Cabo Madeirense, S.A.
ZON TV Cabo Portugal, S.A.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Empresas em Atividade no Setor das Comunicações Eletrónicas

Operadoras de serviço telefónico fixo

CST

Companhia São Tomense de Telecomunicações

Operadoras de serviço telefónico móvel

CST

Companhia São Tomense de Telecomunicações

Principais operadores de internet

CST

Companhia São Tomense de Telecomunicações

TIMOR-LESTE

Empresas em Atividade no
Setor das Comunicações Eletrónicas

Operadoras de serviço telefónico fixo

TIMOR TELECOM

Operadoras de serviço telefónico móvel

TIMOR TELECOM

Principais operadores de internet

TIMOR TELECOM

**4.2 FONTES UTILIZADAS NA RECOLHA
DOS DADOS APRESENTADOS**

ANACOM

Relatório Anual do ICP-ANACOM 2011

African Economic Outlook

<http://www.african-economic-outlook.org/po/countries>

AGER

<http://www.ager-stp.org>

ANATEL

Agência Nacional das Comunicações, Relatório Anual 2010, 2011

ANATEL

Números do Setor

www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNivelDois.do?acao=&codItemCanal=1634&codigoVisao=12&nomeVisao=Anatel%20Dados&nomeCanal=Relat%F3rios%20Consolidados&nomeItemCanal=N%F3meros%20do%20Setor

ANAC

<http://www.anac.cv>

ARCTEL-CPLP

Dados do Grupo de Trabalho de Estatística, 2011
<http://www.arctel-cplp.org>

ARCTEL-CPLP

Legislação

<http://www.arctel-cplp.org/legislacao/pt>

BANCO MUNDIAL

Informação Fundo Monetário Internacional, UIT e estimativas próprias em <http://www.worldbank.org/>

INACOM

<http://www.inacom.og.ao>

INCM

<http://www.incm.gov.mz>

PORDATA

Base de Dados Portugal Contemporâneo
<http://www.pordata.pt/Portugal>

UIT

ITU World Telecommunication ICT Indicators, 2011

Timor-Leste Telecoms Liberalisation

<http://www.telecomsliberalisation.tl/>



arctel . CPLP